

ATA DA CENTÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-11-2021.

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alex Buyu, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Gilson Padeiro, Henry Ventura, Idenir Cecchim, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 440/21 (Processo nº 1036/21), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 435/21 (Processo nº 1020/21), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Resolução nº 040/21 (Processo nº 0736/21), de autoria de Daiana Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 083/21 (Processo nº 0249/21), de autoria de Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Laura Sito, Karen Santos e Matheus Gomes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 428/21 (Processo nº 1013/21), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 415/21 (Processo nº 0986/21), de autoria de Giovane Byl; o Projeto de Lei do Legislativo nº 432/21 (Processo nº 1017/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Resolução nº 052/21 (Processo nº 1056/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 317/21 (Processo nº 0773/21), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 286/21 (Processo nº 0702/21), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Resolução nº 043/21 (Processo nº 0878/21), de autoria de Pedro Ruas. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 2751, 2775 e 2777/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 027 e 028/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 044/21 (Processos nºs 1107, 1132 e 1133/21, respectivamente). Ainda, foi apregoada representação apresentada por Marco Cezar Carvalho Denna Nina contra Leonel Radde, nos termos do artigo 5, inciso I, alínea “b”, do Código de Ética Parlamentar. A seguir, por solicitação de Cassiá Carpes, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José João Santin e a Airton Domingos Bernardoni. Foi aprovado requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia três ao dia cinco de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação de compromisso legal, Reginaldo Pujol, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Em continuidade, Reginaldo Pujol pronunciou-se nos termos do

artigo 12, § 8º, do Regimento. Após, em face de licença para tratar de interesses particulares de Claudio Janta do dia três ao dia cinco de novembro do corrente, o Presidente declarou empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação de compromisso legal, Alex Buyu, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando os impedimentos de Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedro Sergio Correa da Silva e Alex Sandro Nunes da Rosa em assumirem a vereança do dia três ao dia cinco de novembro do corrente. Em prosseguimento, Alex Buyu pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 038/21, discutido por Laura Sito, Reginaldo Pujol, Lourdes Sprenger, Karen Santos e Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Daiana Santos e Karen Santos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 075/20, 146, 319, 347, 402, 408, 409, 413, 414 e 329/21, este discutido por Pedro Ruas, Reginaldo Pujol, Jonas Reis e Alexandre Bobadra, e o Projeto de Lei do Executivo nº 042/21; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 320 e 344/21 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 025, 028, 030, 037 e 039/21. Também, Alex Buyu pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Jonas Reis. Às dezesseis horas e quarenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16 (Processo nº 0184/16), após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Alex Buyu, Cassiá Carpes e Aldacir Oliboni. Foi apregoado requerimento de autoria de Cassiá Carpes, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 078/17 (Processo nº 0813/17). Foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Mônica Leal, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 078/17, e foi aprovado requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foram apregoados os Ofícios nºs 2776 e 2792/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 045/21 (Processos nºs 1144 e 1140/21, respectivamente). Foi aprovado requerimento de autoria do Prefeito, apresentado por meio do Ofício nº 2709/21, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 015/21 (Processo nº 0692/21). Foi apregoado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dois ao dia oito de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação de compromisso legal, Henry Ventura, informando-o que integraria a Comissão de

Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Na ocasião, foi apregoada declaração firmada por Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento de Conselheiro Marcelo, Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza e Professor Franzen em assumirem a vereança do dia três ao dia oito de novembro do corrente. A seguir, Henry Ventura pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Coletivo Cuca Congo e Bruna Rodrigues, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/17 (Processo nº 1573/17), e foi aprovado requerimento de autoria de Coletivo Cuca Congo, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Coletivo Cuca Congo e Bruna Rodrigues, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16, e foi aprovado requerimento de autoria de Coletivo Cuca Congo, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16. Foi aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16, por DEZ VOTOS SIM e DEZOITO VOTOS NÃO, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alex Buyu, Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Henry Ventura, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 265/21 (Processo nº 1067/21). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 005/21 (Processo nº 0177/21), após ser discutido por Jonas Reis. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 005/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 005/21, por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alex Buyu, Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Henry Ventura, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 085/21 (Processo nº 0251/21), após ser discutido por Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni, Laura Sito, Reginaldo Pujol, Ramiro Rosário, Matheus Gomes e Jonas Reis. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 085/21, por DEZOITO VOTOS SIM e ONZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Henry

Ventura, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 085/21, por DEZENOVE VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Henry Ventura, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Pedro Ruas. Às dezoito horas e quarenta minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Pedro Ruas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Hamilton Sossmeier e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José João Santin, ex-prefeito do município de Marau – RS, e do Sr. Airton Domingos Bernardoni, ex-árbitro de futebol.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Comandante Nádia solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 3 a 5 de novembro de 2021.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares da Ver.^a Comandante Nádia, o suplente Reginaldo Pujol assumirá a vereança, no mesmo período. Informo que o suplente Reginaldo Pujol já entregou seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Reginaldo Pujol prestará a seguir.

SUPLENTE REGINALDO PUJOL (DEM): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossado o Ver. Reginaldo Pujol. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Reginaldo Pujol, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, assumo o mandato, ainda que temporariamente, da Câmara Municipal de Vereadores, tendo V. Exa. na condução dos trabalhos. Por igual, manifesto a minha alegria de poder, mais uma vez, ocupar esta tribuna, por mim ocupada em inúmeras ocasiões, mas que, hoje, se renova e toma uma tonalidade muito especial. É óbvio que, aos 82 anos de idade, eu tenho que ter alguma emoção de ter, mais uma vez, a honra de participar desse sodalício. Há pouco, num gesto de carinho que não me surpreende, um antagonista meu de longa data, meu querido Ver. Pedro Ruas, homem que, ao longo do tempo, me acostumei, nesta Casa, a discutir amplamente os problemas da cidade, do Estado e do País... Antagonismo ideológico e doutrinário não impediram que pudéssemos fazer um debate sistemático, mas civilizado. Penso que eu e o Pedro poderíamos, nesta hora, convocar a imprensa e o Brasil para, civilizadamente, discutir o futuro no ano que se aproxima e que marca uma decisão absoluta dos quadros e das autoridades nacionais que irão presidir o País, o Estado e integrar os legislativos que compõem a federação brasileira. Por isso, quero enfaticamente dizer que eu tenho muita alegria em estar com os senhores e as senhoras neste dia, especialmente porque esta legislatura marca, de forma muito expressiva, uma renovação dos quadros políticos da cidade e o faz trazendo para a vida pública, homens e mulheres de grande qualidade pessoal, que nós, ausentes desta Casa, mas atentos ao seu desenvolvimento, podemos comprovar pelos trabalhos que aqui se desenvolvem. Aliás, tenho uma informação que me foi passada por um amado amigo, diretor desta Casa, que me disse que nunca, em tempo algum, houve tamanha produtividade dos trabalhos deste Legislativo, com o grande número de propostas que foram colocadas à discussão e pela quantidade de matéria que aqui tem

sido debatida. Penso que isso, inclusive, explica a necessidade de uma convocação extraordinária para a Casa no dia de amanhã, quando me será permitido que, por dois dias consecutivos, este veterano de 82 anos de idade tenha a alegria de conviver com esse magnífico quadro que representa as várias facções políticas que a Casa consegue abrigar nas cerca de 20 bancadas que hoje compõem o conjunto deste Legislativo.

Assim sendo, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, digo, com toda alegria que me invade no momento, com toda a honra de que eu sou portador e, sobretudo, com a responsabilidade que os anos me impõem, que eu quero que as senhoras e os senhores continuem dando ao Brasil e ao mundo essa lição de um debate positivo, conclusivo, heterogêneo, e, sobretudo, marcado por posições claramente defendidas. Porque, no dizer do sábio, não tem maior inimigo da classe política que saber que tem alguém que não gosta de fazer política. Eu gosto de fazer política. Este ano marca, no dia 15 de novembro, 50 anos da minha primeira eleição como vereador. As 10 legislaturas que por aqui passei, com poucos e com muitos dias, com anos intensos, não foram suficientes para me arrefecer no meu ânimo. Por isso, nesses dias em que eu estou aqui convivendo com vocês, quero com redobrado entusiasmo colaborar para manter o alto grau de prestígio que sempre foi o apanágio deste Legislativo, do qual eu tive a honra de pertencer em tantas ocasiões. Esse é o meu compromisso maior, bem maior do que aquele que eu li, é o compromisso com a Casa do Povo de Porto Alegre, com seus integrantes que aqui estão, mais uma vez dizendo: antes de mais nada, que se pense no Município, porque, se o Município não for bem pensado, não terá estado membro e muito menos uma nação forte. Um abraço a todos e muito obrigado pela honra. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

Registramos as presenças do Sr. Secretário Cassio e do Sr. Alexandre Garcia, Diretor do DMAE, que convida os vereadores para, na segunda, às 10h da manhã, visitarem o Centro Supervisório Operacional do DMAE, que está sendo lançado hoje – é o uso da tecnologia numa ferramenta de inovação e gestão –, localizado na rua Dr. Gastão Rhodes, nº 188, 3º andar.

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Claudio Janta, no período de 3 a 5 de novembro de 2021, e em razão da impossibilidade de os suplentes Lisandro Zwienik, Antônio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedro Sérgio Correa da Silva e Alex Sandro Nunes da Rosa assumirem a vereança, o suplente Alex Buyu assumirá a vereança. Informo que o suplente Alex Buyu já entregou seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Alex Buyu prestará a seguir.

SUPLENTE ALEX BUYU (SD): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossado o Ver. Alex Buyu. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Alex Buyu, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Alex Buyu está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR ALEX BUYU (SD): Que dificuldade, no primeiro dia de Câmara, falar depois do Pujol, que tem meio século na Casa! Se confunde bastante, Pujol, a história da Câmara de Porto Alegre com a sua história na política. Parabéns e obrigado por nos honrar por 50 anos na política.

O Edson, meu colega suplente no Solidariedade, perguntou se eu tinha feito meu discurso, Presidente. Eu fiz dez rascunhos, rasguei os dez e resolvi falar com o coração. Primeiramente, quero agradecer a Deus, à minha família e a todos aqueles que em mim confiaram seus votos. Eu recebi 750 votos, na política brasileira, no meio de pandemia, com todas as adversidades e com a descrença brasileira, na hora de concorrer foram tantas adversidades que eu me sinto um premiado, primeiro, por Deus, pela minha família, pelo líder Janta e pelos meus colegas. Se não fossem os meus colegas lutarem, com cada um fazendo um pouquinho, nós não teríamos essa cadeira; se não fossem aquelas pessoas da periferia, nós não teríamos essa cadeira e eu não estaria, hoje, realizando um sonho. E o meu sonho é simples, Presidente: é representar aquelas pessoas da periferia, aquelas pessoas que conhecem, muitas vezes, a política apenas na eleição, na hora de pedirem o seu voto.

Também quero agradecer ao meu ex-padrinho de partido – do meu primeiro partido político –, o Pedro Ruas, do PSOL, que me ensinou também a batalhar. Se hoje nós estamos aqui, nós temos que agradecer ao passado, porque cada pessoa que passou pela nossa vida que nos construiu, e também ao presente, Edson, que hoje estão nos solidarizando para construir um futuro melhor. E aquilo que foi plantado eu vou continuar cultivando. Me faltam palavras para agradecer a todos vocês e peço aqui ajuda para nós resgatarmos a credibilidade política do povo de Porto Alegre, do povo brasileiro. Infelizmente, o pessoal da periferia não confia em nós, não confia no nosso trabalho. Dizem que é mais um que vai aprender a fazer coisa errada. Mas a minha política e a minha frase continuam: a caneta salva, a caneta mata. O poder que nos dão por quatro anos é o poder de toda a cidade. Me desculpem por me atrapalhar um pouco, mas é tanta emoção e tanta responsabilidade que eu vou parar de falar e só vou honrar aquilo que foi para mim concedido e confiado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos,

imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 1029/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/21, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2022. **(SEI 118.00302/2021-94)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir a Pauta Especial

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, caros colegas vereadores e vereadoras; aproveito a Pauta Especial, para que a gente possa fazer algumas reflexões e contribuições. No debate de orçamento, nós sempre trazemos um olhar do que não está presente na agenda principal da Prefeitura, da gestão do prefeito Sebastião Melo. Um olhar da periferia, do povo mais pobre, um olhar das mulheres, dos negros, da comunidade LGTBI. Fizemos isso no PPA, em que nós procuramos incluir um conjunto de emendas no orçamento que conseguissem apontar para um conjunto de políticas públicas a esses grupos a partir de diversas emendas – como nós aprovamos também na LDO – que se relacionavam a esse tema. Mas a cada etapa do orçamento que avança fica mais nítido que, na agenda da Prefeitura, isso não é prioridade. As escolhas que a gestão tem feito no debate do orçamento frente ao conflito social que nós temos no presente, elas, de fato, não dão conta ou não priorizam dar conta de conseguir estabelecer um conjunto de garantias, para que nós tenhamos políticas públicas que possam, de fato, combater as desigualdades na nossa cidade. Eu poderia citar vários temas que nós já citamos ao longo dos debates do orçamento durante este semestre aqui na Casa, desde o tema da renda básica até o tema do enfrentamento ao racismo na cidade, temas tão delicados e tensos como a questão do enfrentamento à violência contra as mulheres do nosso Município, a questão da saúde mental, que, infelizmente, é uma situação extremamente tensa e triste na nossa cidade. Semanas atrás, fui até o PACS, na Cruzeiro do Sul. Acompanhei lá uma situação extremamente delicada, em que nós tínhamos, frente a 14 vagas, 29 ocupações, mais 10 pessoas na fila de espera, muitas crianças. Um cenário, de fato, tenso e que precisa de investimento, precisa de uma condição lá na ponta, na Atenção Básica também, para que nós possamos alterar essa realidade e tratar as pessoas com humanidade. Nós temos dificuldade, quando nós debatemos o orçamento, de perceber essas questões, a fim de que as escolhas da gestão

possam pensar a cidade a partir de políticas de humanização do poder público, e não somente em detrimento, com a priorização de uma agenda econômica que demonstra exatamente o inverso dessa priorização. Para os pobres, para quem usa o serviço público, o discurso e a prática têm sido, na verdade, da austeridade.

Eu queria reportar um pouco o combate a esse elemento discursivo e, também, da prática hoje na nossa gestão municipal. Para aqueles que mais têm, a prática é diferente, é a garantia de uma agenda política que consiga assegurar os seus interesses econômicos. Assim, nesta Casa, foi o debate sobre o IPTU: ficou evidente, passada a sua aprovação, que ele beneficiou apenas as regiões das classes mais abastadas da cidade. Assim foi com todos os temas que se relacionavam à especulação imobiliária, o tema do RecuperaPOA, o tema de infraestrutura, que atende às regiões mais elitizadas. O próprio tema, como nós temos colocado, da priorização em relação à reestruturação do Centro Histórico. Portanto, nós temos aqui uma contradição entre a agenda de austeridade, sustentada discursivamente nesta Casa pela base do governo, e as práticas que são colocadas, que atendem, infelizmente, apenas aos setores que mais têm. A Prefeitura efetua um conjunto de renúncias fiscais para os mais ricos e, mesmo assim, ela apresenta uma conta que diz que nós temos um aumento na previsão da receita desse período, aí apontado em R\$ 9,915 bilhões. Portanto, fica evidente para nós que a falta de políticas públicas que consigam promover, que possam incidir na promoção da igualdade na nossa cidade não é uma falta de orçamento, ela é sim uma questão de priorização política. Ela não tem um constrangimento que aponte a necessidade de um contingenciamento fiscal. Ela tem, de fato, uma opção de gestão, inclusive, porque muitas das agendas que nós apresentamos têm impacto econômico positivo sobre a receita do Município. Vou usar um exemplo básico, que é o tema da renda básica no município de Porto Alegre. Eu sei, Ver. Cecchim, que a gestão debate pensar algo em relação a isso, mas ainda não foi apresentado nem aqui na Câmara, nem para a sociedade que é, de fato, uma opção fundamental. Sou autora de um projeto de lei em relação ao tema aqui na Casa, porque é algo que pode auxiliar na economia do município de Porto Alegre. O que fica evidente, ao longo do processo de orçamento da cidade, é que temas sensíveis que são apresentados e aprovados por esta Casa nunca entram na agenda da gestão. Portanto, eles não são vistos, na minha compreensão, como uma prioridade, apesar de serem gargalos do desenvolvimento social do nosso Município, como os exemplos dos temas que eu citei anteriormente. O que fica evidente é um privilégio, digamos assim, e acho que o tema do Centro Histórico evidencia exatamente isso. Nós vamos debater aqui um conjunto de benefícios, para que nós possamos reestruturar o Centro Histórico, inclusive, beneficiando grandes construções, fazendo um debate compartimentado do Plano Diretor da cidade, enquanto nós temos um conjunto de regiões mais periféricas desabastecido de políticas públicas que precisava que nós tivéssemos, na agenda pública de debate, também uma priorização em relação aos debates dessas regiões. Infelizmente, isso deixa muito nítida a dificuldade que nós temos de debater, de forma mais ampla, a estruturação dos serviços na periferia da cidade. Trago um exemplo bem material sobre isso, vou trazer dois exemplos. Um, a dificuldade que nós temos... Estive, na semana passada, conversando

com o diretor-presidente do DMAE, apresentando um pouco da dimensão que é a demanda reprimida que nós temos, na periferia, de estruturação dos serviços de saneamento. Hoje, por exemplo, a Escola Nossa Senhora de Fátima, na Bom Jesus, teve que interromper as aulas, porque não tinha fornecimento de água. As crianças voltaram para a escola, porém a aula foi interrompida, porque não tinha água.

Outro tema que parece que é menos importante quando é tratado aqui no debate, porque apenas nós apresentamos, apenas alguns de nós apresentam, melhor dizendo, um tema muito sensível – aproveitando que nós estamos na nossa primeira sessão de novembro –, é o Novembro Negro, quando nós fazemos um debate sobre o enfrentamento ao racismo, sobre a educação antirracista no município de Porto Alegre. Nós tivemos, na semana passada, uma cena bastante polêmica na internet. Uma escola privada teve uma cena de racismo e a escola respondeu, na minha avaliação, de forma muito limitada à cena. Isso demonstra o quanto é fundamental que nós possamos ter esse elemento como um elemento central na oferta educacional no Município, na construção cidadã. Portanto, nós temos a garantia, o financiamento, a estruturação da educação antirracista nos currículos das escolas municipais de Porto Alegre se coloca também como um elemento importante, central do ponto de vista do desenvolvimento social. Infelizmente, é visto, na agenda da gestão pública, como um tema periférico. Enfim, apenas para citar alguns exemplos de temas que nós temos travado dentro do PPA, dentro da LDO e vamos travar mais uma vez, agora, no debate da LOA. Mas, infelizmente, parece que nós temos um jogo de surdo e mudo entre aquilo que nós produzimos nesta Casa Legislativa e aquilo que entra na prioridade da gestão municipal em Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente em exercício Hamilton Sossmeier, colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste; hoje nós iniciamos o Novembro Azul. O Novembro Azul é um movimento que visa à conscientização a respeito do câncer de próstata. Se feito o diagnóstico precoce, se consegue atingir até 95% de cura dos pacientes acometidos pela doença. A campanha é essencial e contribui para quebrar tabus e divulgar informações. Os hábitos saudáveis e o acompanhamento preventivo de saúde são o caminho para o envelhecimento com qualidade de vida para os homens. Em 2020, no Brasil, nós tivemos, em média, mais de 65 mil novos casos de câncer de próstata, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, o Inca, e temos um represamento de atendimentos em função da pandemia. Pensando nisso, através do meu gabinete, fizemos uma indicação ao Executivo para que, durante o mês de novembro, em todas as consultas realizadas pelo Sistema Único de Saúde, os homens que estiverem dentro das recomendações do Ministério da Saúde para o rastreamento do câncer de próstata recebam uma requisição para a realização do

exame de toque e dos exames correspondentes, assim como indicamos para as mulheres no Outubro Rosa. Para que a Câmara auxilie na campanha do Novembro Azul e ajude a demonstrar à população a importância do exame para a descoberta precoce do câncer de próstata, lançamos hoje a campanha Um Toque pela Vida. Não há nenhum tabu, e sim saúde e amor pela vida. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador-Presidente, senhores e senhoras vereadoras; é óbvio que, tendo temporariamente assumido os trabalhos há pouco mais de alguns minutos, nós tenhamos razões suficientes para justificar a nossa manifestação neste momento em que se discute o orçamento a ser executado pelo Município no próximo ano de 2022. Não há dúvida nenhuma de que a discussão sobre a eficácia dos lançamentos tem, ao longo do tempo, sido motivo de muita controvérsia. Não faltam aqueles que dizem que os orçamentos, especialmente nos municípios, são confundidos com ficção, na medida em que eles estimam uma receita e limitam a despesa. Ao estimar receita, exercem os legisladores uma certa futurologia, porque o desdobramento do ano pode ensejar melhorias de arrecadação, onde precisa-se de arrecadação. Quem poderia esperar, por exemplo, que no ano que passou, a partir de março, nós teríamos toda essa pandemia que assolou a Nação brasileira e que, evidentemente, dificultou a execução orçamentária e criou emergências necessárias que tiveram que ser cumpridas por todos, inclusive o Município de Porto Alegre, e esta Casa deu um exemplo magnífico, economizando valores e entregando-os ao Município, mais de R\$ 50 milhões destinados aos seus programas emergenciais, assistenciais, que, lamentavelmente, ainda passavam a ser uma prioridade naquela ocasião.

Por isso, Sr. Presidente, ao comentar o orçamento do próximo ano, orçamento que agora nós estamos discutindo e do qual os senhores vão certamente discutir e tomar posição, já que hoje transcorre a 3ª sessão do exame em discussão preliminar, há que se buscar uma coerência com a proposta do Executivo, seu discurso antes de exercer o cargo, e, mais do que isso, a coerência com que ele desenvolve as suas atividades. Nesse particular, ganha a cidade de Porto Alegre e ganha esta Casa ao ter como prefeito desta cidade alguém que passou por este Legislativo longamente, que por duas vezes presidiu esta Casa e que, por conseguinte, ficou muito entrosado com essa realidade que hoje se impõe de forma muito expressiva no País, falando-se em limite orçamentário, limitações fiscais e outras situações nessa ordem que buscam dar uma coerência maior a esse instrumento importante do processo político administrativo das comunidades brasileiras representadas nos seus respectivos municípios. Nessa linha, Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, ainda que tenha observado muito de longe, muito superficialmente a peça orçamentária, me arrisco a fazer uma previsão de

que há disposições claras e expressas das várias propostas de ser ter orçamento absolutamente inserido na nossa realidade, naquela previsão plausível da Porto Alegre que nós queremos que aconteça no ano que vem, quando, entre outras coisas, nós temos a expectativa maior de que seja vencida de uma vez por todas essa pandemia e que as medidas restritivas que hoje têm impedido o desenvolvimento de vários setores da atividade econômica de Porto Alegre, possam se desenvolver com naturalidade, com isso promover ativação econômica e com ela a fruição de recursos ajustados às necessidades do Município nas suas mais diferentes frentes de trabalho. Há, inclusive, pronunciamentos mais contundentes, ora de crítica, ora de contribuição, mas todos eles amarrados a essa realidade. Não há de se deixar de considerar, por exemplo, que o servidor municipal vem tendo, ao longo de seis ou sete anos, o seu salário praticamente inalterado, e que obviamente isso precisa ser enfrentado, nem que seja para aquelas medidas mais plausíveis, como a melhoria do vale-alimentação, que é, naqueles setores mais necessitados do nosso servidor municipal, o mais sofrido com a redução da sua capacidade de adquirir o necessário para a sua sobrevivência alimentar. Por isso, de passagem por esta Casa, faço esse registro e faço com muita certeza, de que já se trabalha nos quadros do Município a ideia de melhoria desse instrumento de justiça social, que estabelece a todos, desde aqueles que ganham muito bem, até aqueles que ganham muito pouco, a mesma quantidade disponível de meios para aquisição do indispensável para a sua alimentação, a sua receita pessoal e, sobretudo, na sua vivência do cotidiano. Por isso, Sr. Presidente, ao usar da palavra neste momento, eu quero saudar os técnicos do Município que organizaram esse belo instrumento pelo qual o orçamento deve ser desenvolvido no ano vindouro, não se esquecendo nunca que em 2021 o que está sendo cumprido é um orçamento elaborado ainda em 2020, quando não estava claro quem iria conduzir este Município, em função da sua apresentação legal antes das eleições, que no ano que passou, excepcionalmente, se desenvolveram no dia 15 de novembro. Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, deixo aqui esse registro de expectativa e de confiança, e, sobretudo, de muita confiança de que as exposições hoje demonstradas pela equipe coordenada pelo prefeito Melo, que dirige o Município, possam efetivamente alcançar as suas realidades e que isso, para nós, Ver.^a Lourdes, seja motivo de alegria, de aplauso e de solidariedade. Assim sendo, meu caro amigo e grande companheiro de jornada que me honra com a sua atenção, estaremos todos, pela contribuição individual de cada um e pela soma do esforço coletivo, enfrentando aquilo que é ou deveria ser sempre a grande, a enorme, a singular disposição do homem público, de construir o que melhor pode construir para a sociedade em que ele está inserido. Isso é o que evidentemente se verifica quando se faz uma peça orçamentária como a que hoje está sendo aqui debatida preliminarmente, e se tem com isso a expectativa de que ela possa retratar objetiva e concretamente as necessidades do Município e a sua capacidade de poder enfrentá-las. Era isso, Sr. Presidente, agradecendo por V. Exa. ter nos concedido essa oportunidade de manifestação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Ver. Sossmeier; vereadoras, vereadores; eu acredito que hoje seja o último dia de Pauta para tratar da LOA, que é uma proposta orçamentária elaborada de acordo com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e ainda, é bom falar, com as normas da Lei Complementar Federal nº 101/2000. Essa proposta apresentada pelo Executivo projeta o valor das receitas e despesas fixadas em R\$ 9,915 bilhões, e o maior aporte, não poderia ser diferente, é para a área da saúde e da educação. Também nessa proposta não foi esquecido o que tanto vem se falando, que é o aumento significativo, em torno de 60%, em relação ao ano anterior, dos serviços urbanos e o DMLU. Como se trata tanto da cidade, do nosso Centro Histórico e da preocupação que o governo está demonstrando ter em relação a uma cidade diferente, em relação às pessoas mudarem comportamentos, eu acho que foram bem analisados e projetados esses valores.

Eu quero falar dos valores para a área do Gabinete da Causa Animal. O Gabinete da Causa Animal é enxuto, mas ele tem grandes responsabilidades. Como foram terceirizados os serviços, é um valor que tem que ser computado, os pagamentos mensais e outros projetos de descentralização em andamento, que há muito tempo buscamos devido à distância. A Unidade de Saúde Animal da Lomba do Pinheiro é um bom prédio, mas de difícil acesso para quem tem poucos recursos. Uma pessoa que está, por exemplo, lá no Sarandi, para ir até a Lomba do Pinheiro levar um animal é bem distante. O atendimento tem sido avaliado pelas pessoas que estão recebendo um maior aporte de serviços, ligadas à causa animal, o que tem sido satisfatório, mas nós não podemos desaparecer com 20 mil animais perambulando pelas ruas, felinos que ficam criando colônias em prédios públicos, prédios abandonados, e esse é o maior desafio. Não tem promessa política que vá arrumar lares para tantos animais e também para as pessoas irresponsáveis que abandonam animais nas ruas. Este ano está previsto um aporte de R\$ 5,435 milhões; comparando com os anteriores, ele é um valor bem mais significativo, e desejamos que esses valores sejam realmente aplicados pelos seus gestores públicos. Nós estamos aqui para apoiar, para sugerir, devido a nossa luta de muitos anos e nossa experiência de operacionalização também na área pública. O que mais desejamos é amenizar a situação, controlar os nascimentos e para isso também, sempre, como eu já disse, agradeço aos vereadores, porque nós aprovamos 80 mil castrações para o governo executar nos próximos quatro anos, até findar o governo, e desejamos que seja atingida essa meta – e ainda há mais as entidades, mais a sociedade civil que atende, mais as protetoras que fazem esterilizações, num número bem menor, mas também vêm a contribuir. Desejamos que os demais municípios também entrem com valores significativos no orçamento para atender a essa demanda que tanto nos preocupa e que tantos resultados têm dado, como aumento de animais retirados por maus-tratos, devido à grande oferta de animais que tem; quanto mais animais, mais problemas teremos, tem que ter um controle, tem que ter a identificação.

Então, sobre essa pauta, R\$ 5,435 milhões estamos repassando também, emendas impositivas e também outras emendas que estão vindo em nível estadual e federal. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas. Subo nesta tribuna para discutir a LOA, o orçamento de 2022, que nada mais é que um espelho das prioridades do Executivo para o ano seguinte. É nítido que as pastas de mulheres, de negros e negras, de direitos humanos tem um valor irrisório: de R\$ 40 mil apenas. Para a Coordenadoria do Povo Negro, apenas R\$ 11 mil. Nós já criticávamos na gestão do Marchezan a alocação de R\$ 40 mil para essa Coordenadoria, o que inviabiliza diversos projetos, diversas iniciativas. Hoje mesmo, conversando com a coordenadora Adriana, nós remarcamos reuniões para tentar viabilizar recursos para projetos interessantíssimos de empreendedorismo, de combate à violência, de politização em relação ao racismo institucional, só que, objetivamente, o orçamento inviabiliza essas iniciativas. Pasta das mulheres, a mesma coisa: R\$ 21 mil alocado para as mulheres. Temos, por exemplo, a Casa de Acolhimento Mirabal, uma casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência; para toda Porto Alegre existem duas casas. Em Porto Alegre, mais da metade da população é feminina, e o Rio Grande do Sul lidera o *ranking* de violência contra mulher, mas temos duas casas apenas: uma que não é institucionalizada, que é a Casa Mirabal, fruto de ocupação e fruto de luta. A casa de acolhimento Mirabal está há mais de dois meses sem luz, e isso também está refletido neste orçamento que não prevê recursos para estruturar a Casa Viva Maria, a Casa Mirabal, e, quem sabe, prever projetos que permitam a ampliação da nossa rede de combate à violência e acolhimento.

Apenas R\$ 10 milhões para o Orçamento Participativo. Para quem está nos ouvindo em casa: R\$ 10 milhões para o Orçamento Participativo significam 10 quilômetros de asfalto em Porto Alegre. Com certeza a demanda das comunidades Rincão, Lajeado, Vila Mapa, parada 13 da Lomba do Pinheiro, para pegar as zonas Leste e Sul, é muito maior do que R\$ 10 milhões. De novo, esse recurso fica irrisório frente aos R\$ 15 milhões que estão destinados somente para publicidade do Gabinete do Prefeito. Essa é uma característica que não se iniciou nesta gestão: investir muito mais em publicidade, em *marketing* do que em melhoras na vida real do povo que batalha. Nós precisamos debater isso seriamente: a verba de R\$ 15 milhões para publicidade de um gabinete específico ser muito maior do que todo o recurso para todo o Orçamento Participativo da nossa cidade, isso é uma piada de muito mau gosto e nós precisamos denunciar.

Outra demanda emergente, visto o desdobramento da pandemia da covid-19 e de Porto Alegre ser a cesta básica mais cara do nosso Brasil, é ridículo apenas R\$ 3,3 milhões para política de segurança alimentar. Hoje mesmo, em reunião com a diretora da FASC, a Cátia, nós estávamos debatendo não só a necessidade de disputar orçamento, como também ter proposições para fazer a melhor gestão desses recursos. Não é de hoje que nós viemos pautando um fundo municipal de segurança alimentar e nutricional. Isso não é prerrogativa do Legislativo, isso tem que partir do Executivo. Desde o início do ano nós viemos conversando com o Conselho de Alimentação Escolar, com as entidades filantrópicas que fazem doações, que cozinham e fazem marmitas, e é importante nós termos um fundo que aloque os recursos da Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que aloque os recursos da Assistência Social, que aloque os recursos das emendas impositivas. O nosso mandato destinou mais de R\$ 200 mil para compra de cestas básicas que foram executadas neste ano de 2021, e seria importante ter um fundo, pois nos ajuda no controle, nos ajuda na fiscalização, lá na ponta, evita que famílias recebam cestas básicas por duas, três vias distintas. Então, tanto para a administração pública quanto para qualificação dessa política, que é um direito, não dá para deixar só nas costas da filantropia – os recursos da filantropia também deveriam ser destinados para um fundo de controle social e transparente –, é fundamental termos a perspectiva da criação desse fundo. Isso é uma demanda da gestão, é uma demanda dos trabalhadores e eu não entendo qual a dificuldade do governo em executar essa medida. Política de alimentação, cestas básicas não podem ficar à mercê das políticas eleitoreiras, como a gente viu se desdobrar no final da gestão do Marchezan.

Sobre as emendas da Cultura, também fiz o mesmo caminho que fiz com a diretora Cátia, da FASC, fiz uma indicação para o secretário Gunter, colocando que a pasta da Cultura é a pasta mais prejudicada de todas as pastas em relação às emendas impositivas. Pedi para o secretário Gunter chamar uma reunião da Comissão de Educação e de Cultura para explicar para a nova Legislatura como funcionam as emendas impositivas para a Cultura. Nós destinamos recursos este ano para Odomode, para o Grupo Bronze do carnaval, para a Orquestra Villa Lobos, destinamos recursos que ainda não foram executados. É inadmissível nós destinarmos recursos para uma pasta que deveria ter funcionamento de 12 meses e os recursos serem executados de novembro em diante. Nenhuma entidade cultural funciona somente em novembro e dezembro. Inclusive inviabiliza a execução dos recursos, porque se tem um projeto elaborado para disputar o recurso em 12 meses e esses recursos não são repassados por uma questão burocrática da Procuradoria-Geral do Município. Isso é um problema nosso! No ano que vem tem a festa da Nossa Senhora dos Navegantes, tem carnaval, como está previsto no calendário da cidade, o Melo vem fazendo propaganda em relação a isso, do que adianta nós destinarmos emendas impositivas ou fazermos o debate na LOA sendo que a própria burocracia da Procuradoria-Geral do Município vem inviabilizando isso. Então é uma discussão política que precisa ser feita. Pedi para o secretário Gunter tomar a iniciativa nessa articulação, é de interesse dele e do povo de Porto Alegre, mas sobretudo dele enquanto gestor, e também fizemos uma indicação no

Executivo solicitando uma reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, enfim, para que a gente consiga debater as emendas do ano que vem. Do jeito que está, o setor da Cultura está sendo prejudicado e recursos estão retornando para o caixa do Município; isso é um problema, inclusive, de responsabilidade fiscal, porque as emendas são impositivas. Precisamos de celeridade nesse sentido.

Para concluir, uma das discussões que nós viemos tendo na Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação, na qual estou vice-presidenta, junto com o presidente, o Ver. Cassiá Carpes, é da necessidade de um cronograma de desassoreamento do arroio do Salso e um cronograma de patrôla, sobretudo em Ponta Grossa, Rincão e Sarandi. É inadmissível, novamente, no ano que vem, nós esperarmos a chuva para acionar a Defesa Civil, que, inclusive, tem um recurso irrisório no fundo da Defesa Civil, para garantir a dignidade dessas famílias que estão há 30 anos convivendo com alagamento. Eu acho errado também ter que demandar de um padrinho ou de uma madrinha vereadora para que esses pedidos sejam atendidos. Porque o 156, por mais que o governo se proponha a fazer uma revolução no 156, que é o canal de comunicação da população, ainda não está se efetivando na prática. Se não é o nosso mandato fazer pedidos de informação, fazer pedidos de providências, encaminhar para os secretários, ficar em cima dos secretários, dos adjuntos, dos assessores, esses direitos não são executados no tempo que as comunidades demandam. Quando chove, alaga e esburaca, não nos resolve chamar a Defesa Civil, nós precisamos emergencialmente de um cronograma, porque todo mês vai dar problema, é previsível. E, estruturalmente, precisamos de projetos, porque de nada adianta a gente debater o orçamento se não tem projeto por parte do DMAE, por parte da SMOV, somente R\$ 10 milhões para o Orçamento Participativo, aí é mentir para o povo! A gente precisa de orçamento e de projetos e que isso seja uma prioridade para que o povo não fique mais três anos se iludindo, acreditando que a mudança vai vir e na verdade isso não está previsto nas prioridades que foram apresentadas para os vereadores. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos assiste, nos prestigia, colegas vereadores e vereadoras presentes, demais membros desta Casa e servidores; nós estamos aqui discutindo o orçamento do povo, é o dinheiro do povo, somos nós que decidiremos para onde vai o dinheiro dos impostos. Sim, você que paga uma taxa de água que foi agora reajustada em 10%. Em plena crise econômica, o governo Melo reajustou a taxa de água e esgoto na cidade; precisava? Não precisava, o DMAE, com R\$ 300 milhões em caixa, não reinveste onde precisa. Mais do que isso, a Prefeitura arrecada todos os dias – eu tenho colocado isso sempre – R\$ 22 milhões, e para onde vai esse dinheiro, se nós temos hoje quase cinco mil crianças com a idade de 4 e 5 anos sem um lugar para estudar? Nós temos obras abandonadas. A escolinha de

educação infantil que era para estar funcionando há pelo menos quatro anos na comunidade Beco do Adelar está parada, está abandonada, o matagal tomou conta e muito dinheiro público foi investido. Na Moradas da Hípica também há uma escola de educação infantil que a gente busca que possa um dia funcionar. E nós aqui decidiremos para onde vai o dinheiro, qual a prioridade. O prefeito diz que é o prefeito zelador, que zela pela cidade. Existem zonas na cidade que têm equipes de garis varrendo quase todo o dia – o Jardim Lindóia é um. No Lami não tem, no Belém Novo não tem, é uma raridade. Se enxergar uma equipe do DMLU, diga: “Amém, apareceu a equipe”. Nós temos uma divisão que não é equânime dos recursos públicos nesta cidade, têm bairros que tem mais e outros que têm menos. Aqui, na orla do Guaíba, o asfalto não estava tão ruim, tinha uma partezinha que outra, mas trocaram todo o asfalto. A Av. Edgar Pires de Castro até hoje não foi recauchutada, essa é a palavra, está lá, as pessoas reclamam: “E aí, vereador, o que está acontecendo? Por que o dinheiro não chega aqui na Zona Sul?” Aí eu digo que o prefeito não conhece a zona do Extremo-Sul, ele acha que ela não pertence ao mapa, o mapa dele termina na Av. Juca Batista, o mapa do Melo não envolve o Extremo-Sul, e, mais do que isso, não envolve as zonas precarizadas de moradia. Na Ponta Grossa, dá uma chuvinha – o Ver. Giovane conhece, é morador da região –, o esgoto cloacal e o pluvial se misturam, foi uma obra mal executada, um contrato terceirizado. As pessoas estão lá há seis anos jogadas nisso, e ninguém resolve, só há paliativos. Agora a gente tem o poder de decidir, aqui no orçamento, se realmente a Ponta Grossa vai receber recursos, se realmente nós vamos ver a Lomba do Pinheiro parar de passar aquele perrengue todo verão, Presidente: todo verão as pessoas passando calorão e, por dois dias, nas zonas mais altas da Lomba do Pinheiro, não chega a água. Este ano foi programado, foi planejado? Esta é a pergunta que tem que ser respondida, tem que se transformar em política pública. Não adianta orçamento, planejar, planejar... Agora o prefeito está anunciando não sei quantos milhões de empréstimo para revitalizar o Centro Histórico, revitalizar o que do Centro Histórico? Quem participou, quem discutiu? A cidade foi chamada a discutir sobre esse dinheiro todo ir para o Centro Histórico? Eu não tenho nada contra quem mora no Centro Histórico, mas eu gostaria muito que toda cidade pudesse ser respeitada nas suas demandas. Há demandas do OP de longos anos, de muito tempo que até hoje não foram implementadas, até hoje! Contrapartidas não foram cobradas. Aquelas obras da Copa, quais contrapartidas foram desenvolvidas na zona da Cruzeiro? Quase nenhuma, quase nenhuma! Está lá o pessoal esperando assistência, esperando educação, esperando saneamento; sim, a dez minutos do Centro Histórico as pessoas esperam política de saneamento na grande Vila Cruzeiro! E nós aqui, decidindo orçamento; para quê? Esta Casa vai fiscalizar de fato a aplicação desses recursos no ano que vem? A vereadora que me antecedeu coloca que até hoje recursos destinados não foram implementados. O que é isso? Má-fé, incompetência, foi por gosto, não gostam de determinada região, de determinada área? Eu, sinceramente, acho que a prioridade do governo deveria ser ouvir o povo. Se há demandas do OP represadas, o senhor não pode fazer essa ofensa ao Orçamento Participativo, destinando apenas R\$ 10 milhões de um orçamento bilionário: R\$ 8 bilhões! E o prefeito quer o quê? Quer decidir onde vai colocar o dinheiro; se bate na

porta, ele coloca; se não bate, não se lembra dessa população. Está assim o transporte da capital: a comunidade que não desce para uma avenida com cartazes, com panelas, fazendo protesto, não recupera sua linha de ônibus! No ano passado, 39 linhas foram encerradas. Qual é a discussão séria, para longo prazo, do transporte na capital? Qual é a discussão? O que vocês estão pensando? Que modais, vão continuar com esses modais apenas? Terá outro ou não? Vai envolver a periferia, Ver. Oliboni? As periferias vão ter lugar, uma vez na vida, nesta cidade, ou são só as zonas centrais, as grandes avenidas? Puxa vida, as pessoas estão tendo que descer e subir morro porque não passam mais ônibus, perderam seus ônibus. Dez, onze horas da noite não têm mais ônibus, e o trabalhador que atua no comércio, nos serviços?

Eu acho que o prefeito deveria levar, pelo menos, metade do orçamento para o Orçamento Participativo – OP, para o povo decidir sua prioridade. Não adianta o prefeito achar que investir mais de R\$ 100 milhões no Centro Histórico é uma boa decisão. Pode ser uma boa decisão, mas é o povo que tem que dizer se vai todo esse dinheiro ali ou se irá em outras regiões. Não adianta abandonar quem trabalha, não adianta dizer que vai fazer, que está programando, só embelezar aqui não dá! Eu fui, sábado, ao Parque Marinha do Brasil, caminhar. E aí, para minha surpresa – a orla tinha sido inaugurada –, o parque tem placas velhas, destruídas, as ruas onde passam as famílias, com seus bebês, crianças com bicicletas estão esburacadas, o gramado altíssimo. A orla, que é agora o foco do momento, estava enfeitada, e o parque Marinha do Brasil, a 50 metros de distância da orla, com apenas uma avenida separando, totalmente abandonado, com árvores precisando de poda. Então, não há um cuidado real com todos aparelhos; há enfeites. O prefeito enfeita, é como se fosse uma árvore de Natal, só enxerga a árvore; agora, se vai ter realmente comida na mesa na ceia de Natal, não se sabe, mas a árvore está enfeitada! Quer dizer, algumas coisas estão brilhando, mas a maioria está abandonada, e falo aqui com conhecimento de causa porque já rodei, rodo muito, conheço essa cidade, conheço vários setores da Prefeitura, sei da precarização das relações de trabalho; inclusive hoje vamos discutir aqui mais contratos temporários – vai virar o governo do temporário, não vai ser o governo do permanente, do planejamento de longo prazo. O governo está pensando na sua próxima eleição ou está pensando numa cidade para o futuro?

Encerro aqui a minha colocação para que a gente possa refletir juntos como é que nós vamos combater realmente a miséria e a fome na cidade? Qual é o pedaço do orçamento para a política permanente nisso? É só cesta básica? Só isso resolve? Como é que está a situação das habitações de interesse social, quanto o prefeito está colocando de dinheiro para isso? Eu quero dizer aqui, prefeito, quando nós, do PT, governamos, fizemos quase 40 mil entregas, entre habitações de interesse social e regularização fundiária; quantas o senhor está planejando para quatro anos? Qual é a fatia do orçamento para isso? As pessoas moram precariamente na capital. Nós vamos conseguir levar, para eles, uma moradia digna? Na última semana pegou fogo na Vila Amazônia, ao lado do Porto Seco; cerca de nove residências tiveram queima total, e os moradores perderam tudo, seus bens, suas vidas, seus documentos, por quê? Porque é uma área de ocupação, uma área para a qual as pessoas foram porque não tinham onde morar, mas a

Prefeitura, há mais de dez anos, não chegou lá; não chegou lá com luz, não chegou lá com saneamento, não chegou lá com água, não chegou lá com nada. As pessoas disputam com outras comunidades assistência social, educação, saúde. Quando, de fato, a gente vai olhar para os mais pobres? Quando, de fato, o orçamento vai ser para quem precisa e não para lugares que já receberam? Eu encerro aqui dizendo: trocar asfalto onde o asfalto está bonito, onde aparece, onde todo mundo circula, é a maior barbada; quero ver é ir para dentro da vila, construir com a população que mais precisa e que nem sabe, muitas vezes, o que faz uma Câmara de Vereadores, para que ela serve. Isso é cidadania. O Orçamento Participativo poderia cumprir esse papel, mas o governo, pelo que parece, quer desmontar mais e mais essa importante conquista da participação da democracia de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas, vereadores e vereadoras desta Casa, falo em tempo de liderança, hoje, pelo PCdoB, para trazer aqui uma pauta que acho importante de a gente fazer uma avaliação. Na LOA, as políticas públicas para diversidade estão previstas no PPA, R\$ 25 mil ao ano – a gente está falando da diversidade numa cidade que é a capital do Estado do Rio Grande do Sul. Nós sugerimos uma emenda, que foi aprovada, para que esse valor passasse para R\$ 70 mil. Para nossa surpresa, agora nos retorna esse relatório, enfatizando que vão ser executados, Ver. Karen, R\$ 10 mil. Não menos importante é a gente fazer essa avaliação direta de que, para publicidade do Município, R\$ 15 milhões estão disponibilizados. Vejam, R\$ 15 milhões para publicidade! Quando a gente não investe em políticas públicas que estejam minimamente pensando naquilo que tange ao enfrentamento às desigualdades, às violências, porque, sim, isso gera violência; quando a gente não olha para esses espaços, pensando que eles são potentes de formação para que a gente faça a ruptura desse sistema, obviamente nós estamos fadados ao fracasso. Ressalto isso porque é muito curioso olhar para as prioridades que o governo vem dando diante deste que é um momento crucial em que vamos fazer os investimentos. Quando a gente foi fazer a avaliação daquilo que era repassado para as políticas para o povo preto, consta lá R\$ 5 mil ao ano! Aí, eu pergunto a vocês o que se faz com esse valor. Vereador que hoje chega a esta Casa me diga, o que nós fazemos com esse valor? Isso é um desrespeito com a população, isso não dialoga com a realidade do nosso povo, isso definitivamente nem é crível, não é passível de debate. Nós deveríamos estar em uma outra condição, trabalhando em outra perspectiva. Isso, para mim, é justamente fazer a velha política, essa política que nós rechaçamos, a política com que não concordamos, e é por isso que me manifesto nesta tribuna. Olhando para isso, vejo que nós precisamos saber – faço isso enquanto vereadora, solicito a compreensão dos meus colegas também para que façam esse mesmo movimento – por que houve essa redução

de R\$ 60 mil ao ano, se houve aprovação e essa foi uma emenda, inclusive, pautada, sustentada e bancada pela mandata. Isso não é admissível.

Também aproveito esse espaço de liderança para falar que hoje, nós, aqui da Câmara de Vereadores – eu, enquanto mandata, bem como a deputada estadual Sofia Cavedon, em conjunto – tivemos uma audiência pública, falando sobre o LesboCenso nacional, o primeiro mapeamento sociodemográfico para fazer avaliação, na verdade para ter uma leitura mais exata da realidade das mulheres lésbicas e das mulheres sapatões no Brasil. Aqui no Rio Grande do Sul, temos quatro companheiras que se somam a essa iniciativa, num total de 40 em todo o Brasil, voluntárias. Por que falo isso, por que faço questão de ressaltar que são voluntárias? Porque esse teria que ser... Teria que ser, não; é uma das organizações que deveria ser feita por todos os setores que pautam a diversidade, em nível municipal, estadual e federal e que não vem sendo feita. São essas parceiras que se somam, fazendo esse movimento de compreensão da leitura dessa realidade, onde as políticas públicas para as mulheres lésbicas não são vistas, não são pautadas, num contingente expressivo de mulheres que sofre, e sofre violência das mais diversas ordens, por conta da ausência, da invisibilidade desses corpos numa sociedade extremamente organizada em torno do patriarcado, que não olha com a responsabilidade que deveria para esses corpos, diante das políticas, que vão, desde a saúde à segurança pública. Eu me somo a elas, que compreendem que essa realidade não pode ser a única, que fazem desse movimento do LesboCenso um movimento de enfrentamento a essas violências, para que a gente possa ter dados, e esses dados se somem àquilo que tange diretamente à construção das políticas públicas. É disso que a gente precisa! Para concluir, Presidente, é importantíssimo que a gente exalte essa iniciativa e que nós, eu e a deputada Sofia Cavedon, aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, nos colocamos à frente, pois esse é o marco, é um registro que é um marco. Esse foi o primeiro movimento em conjunto, da Câmara de Vereadores com a Assembleia Legislativa, para pautar os corpos das mulheres lésbicas – isso é importantíssimo. Política pública, garantia de direito faz a diferença na vida das mulheres. E aqui fala um sapatão, a primeira a assumir uma cadeira dentro desta Casa Legislativa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, novamente. Subo a esta tribuna, agora, para discutir novamente, infelizmente, um problema estrutural aqui, da cidade de Porto Alegre, que é a situação do transporte coletivo por ônibus na nossa capital. Porto Alegre retrocedeu uns 20 anos nesta pandemia, o ônibus que já era tricar, trilotado, tridemorado, tricontaminado, agora, andar de ônibus virou um risco à vida. Não foi à toa que uma menina foi assassinada com um tiro na cabeça na Zona Sul da capital, porque estava esperando o transporte, um ônibus numa parada insegura, isso diz muito sobre esse retrocesso na política de mobilidade urbana. Nós temos que pensar

tanto no orçamento como também nas decisões políticas que nós tomamos aqui, nesta Casa, de garantir isenção de imposto, de ISSQN, de seguir a cartilha dos projetos precarizantes, que a Associação dos Transportadores privados traz aqui para esta Casa, com a redução gradual dos cobradores, com a proposta de desestatização da Carris. Agora há critérios socioeconômicos para o estudante acessar o meio passe estudantil. Nós entendemos que são restrições; do nosso ponto de vista, transporte é direito, não pode seguir a lógica do lucro, não pode seguir a lógica da mercadoria. Infelizmente, a gestão Melo segue de joelhos para esta máfia que dá as cartas na cidade de Porto Alegre. E, como se não bastasse, agora, neste momento em que nós enfrentamos uma crise econômica brutal, Porto Alegre, como coloquei anteriormente na minha fala, a capital com uma das cestas básicas mais caras do Brasil, as empresas de ônibus - VAP, Trevo, Restinga, deve ter outras empresas aí da região norte, eu ainda não recebi notícias - estão parcelando o vale-alimentação dos rodoviários, estão tirando comida da mesa do trabalhador em plena pandemia. Novamente, exploração ao máximo dessa categoria - do cobrador, do rodoviário, do fiscal - que garantiu o direito de ir e vir da população num dos momentos mais difíceis desta cidade. E essa categoria, colegas vereadores, segue sendo penalizada, infelizmente com o aval de vocês, com o aval desta Câmara de Vereadores que não está cumprindo o seu papel de instituição fiscalizadora, com o aval do Conselho Municipal de Transportes Urbanos, com o aval do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público de Contas, porque vamos ser honestos conosco, não é de hoje que nós denunciemos o descumprimento por parte das empresas que exploram esse serviço na capital em relação às metas de qualidade, em relação ao mínimo de dignidade daqueles trabalhadores que executam esse serviço, que é serviço essencial para a funcionalidade da cidade de Porto Alegre. Temos que estar atentos a essa violação que está acontecendo, não podemos virar as costas para os fins das linhas, dos horários. No final de semana, não existe transporte na cidade, depois das 23h não existe mais transporte coletivo na cidade. A cidade está cada vez mais insegura. Andar de aplicativo com a gasolina a mais de R\$ 7,00 é um absurdo, está mostrando toda o limite dessa política, dessas multinacionais que vêm aqui para o nosso País, usam a nossa malha viária, não pagam um centavo de imposto, exploram a nossa força de trabalho excedente, e, neste momento de pandemia, não é uma alternativa ao transporte massivo de trabalhadores. Estamos todos reféns da ATP. E a Prefeitura de Porto Alegre, há mais de um mês, foi notificada pelo Ministério Público de Contas a assumir a bilhetagem, a gestão da bilhetagem, a tal da caixa-preta, que nós denunciemos no ano de 2019 e no ano de 2020. Até quando os governos vão ficar de joelhos para essa máfia? Não tem condição de ofertar o serviço, que abra mão dos contratos. Na lógica liberal, Ver. Camozzato, não é assim? Não tens condição de ofertar o serviço, tu não vais dizer para o Estado que tu estás quebrado, pedes mais subsídios, pedes mais isenções de impostos, rompes os contratos, e quem está pagando por tudo isso é a tiazinha lá na parada, lá na catraca, é o estudante agora que vai ser lesado. E a gente clama, desta tribuna, para que esta Câmara cumpra o seu papel fiscalizador. Hoje nós não temos uma perspectiva de melhoras, nós estamos reféns de uma máfia que não tem compromisso com os contratos públicos, não é? E eu acho que essa não é uma

preocupação não só da bancada do PSOL, ou da bancada de oposição; ou a base do governo se mexe, ou esse transporte realmente vai colapsar para o trabalhador, porque eu estou pouco me lixando para esses empresários.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0182/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 075/20, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina a disponibilização de informações acerca da composição de alimentos nos estabelecimentos comerciais do Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00034/2020-32)**

PROC. Nº 0378/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/21, de autoria das Ver^{as} Bruna Rodrigues, Karen Santos, Laura Sito e Daiana Santos e do Ver. Matheus Gomes, que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento do Assédio e da Violência Sexual contra Mulheres no Município de Porto Alegre. **(SEI 221.00043/2021-79)**

PROC. Nº 0780/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 319/21, de autoria do Ver. Giovane Byl, que denomina Rua Jorge dos Santos Cardoso, o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil e Oitocentos, do Loteamento Irmãos Maristas, localizado no Bairro Mário Quintana. **(SEI 158.00078/2021-09)**

PROC. Nº 0802/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 329/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que obriga bares, restaurantes, lancherias, academias, casas noturnas, casas de shows, teatros e cinemas no Município de Porto Alegre a exigirem a apresentação da Carteira de Vacinação Covid-19 para o ingresso em suas dependências. **(SEI 210.00363/2021-30)**

PROC. Nº 0831/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 347/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Marcos Carlos de Oliveira. **(SEI 138.00051/2020-47)**

PROC. Nº 0958/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 402/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Ogã no Anexo da Lei nº

10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 01 de novembro. (SEI 024.00096/2021-25)

PROC. Nº 0970/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 408/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina Rua Inacio Leo Klein o logradouro cadastrado conhecido como Rua Dois Mil Novecentos e Cinquenta, localizado no Loteamento Alzira Rosa, no Bairro Mário Quintana. (SEI 042.00023/2021-15)

PROC. Nº 0972/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 409/21, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que denomina Rua Carla Janine Morais, o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Lot Dos Ferroviários, localizado no Bairro Humaitá. (SEI 020.00024/2021-81)

PROC. Nº 0981/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 413/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Príncipe Custódio o logradouro público cadastrado conhecido como Beco do David. (SEI 037.00344/2021-25)

PROC. Nº 0982/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 414/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua João Carlos Osório Dutra o logradouro público cadastrado, conhecido como Rua I – Vila Santa Rosa no bairro Rubem Berta. (SEI 215.00114/2021-40)

PROC. Nº 1065/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 042/21, que autoriza o Executivo Municipal a contratar Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação (Analista de TIC), em caráter emergencial e por prazo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. (SEI 118.00310/2021-31)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0890/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/21, que estabelece a idade máxima para inscrição em concurso público para ingresso no cargo de Guarda Municipal. (SEI 118.00269/2021-01)

PROC. Nº 0897/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030/21, que autoriza o Executivo Municipal a desafetar da destinação de uso comum do povo e da destinação de uso especial e alienar, por meio de licitação pública, o próprio municipal situado na Avenida Carlos Barbosa, número 798, matrícula número 160.502 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Porto Alegre. (SEI 118.00274/2021-13)

PROC. Nº 0992/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 037/21, que altera o parágrafo único do art. 1º, o inc. IV do art. 4º e o inc. V do art. 5º, todos da Lei

Municipal nº 12.713, de 7 de julho de 2020, que estabelece normas para a prestação do serviço de utilidade pública de Linha Turismo no Município de Porto Alegre e inclui o § 3º no art. 5º da Lei Municipal nº 12.903, de 7 de julho de 2016. (SEI 118.00298/2021-64)

PROC. Nº 0531/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 320/21, de autoria do Ver. Kaká D’Ávila, que cria o Selo Empresa Amiga do Trabalhador. (SEI 219.00047/2021-60)

PROC. Nº 0825/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 344/21, de autoria da Mesa Diretora, que cria parcelas autônomas para o pagamento de valores referentes às vantagens incompatíveis com o disposto na Lei Complementar nº 851, de 12 de junho de 2019. (SEI 014.00033/2021-89)

PROC. Nº 0864/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/21, que altera o Anexo III, cria 1 (um) cargo em comissão de Assistente de Diretoria e 1 (um) cargo em comissão de Chefe de Gabinete e extingue 1 (um) cargo em comissão de Oficial de Gabinete e 2 (dois) cargos em comissão de Secretário de Conselho no Âmbito do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa) e inclui o Anexo III-A na Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002. (SEI 118.00262/2021-81)

PROC. Nº 1030/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 039/21, que autoriza o Poder Executivo a contratar Eletrotécnicos para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb) em caráter temporário e por prazo determinado. (SEI 118.00303/2021-39)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, saúdo as presenças dos vereadores Alex e meu caro Reginaldo Pujol. Eu tenho a alegria, Pujol, de dizer que nós divergimos durante uns 30 anos, talvez mais, sem nunca termos perdido a nossa amizade. Então, é um orgulho para mim ser amigo do Reginaldo Pujol, grande vereador desta capital do Rio Grande. Meu líder Idenir Cecchim sabe disso, líder do governo, grande amigo também.

Quero dizer, Presidente, que há um projeto do Ver. Jonas Reis em Pauta normal, não o vejo neste momento, mas quero que ele saiba que é um projeto importantíssimo do meu ponto de vista. É um projeto que cria a obrigatoriedade da apresentação do comprovante vacinal para acesso a determinados locais fechados, Ver. Alex Fraga. Alguns chamam de “passaporte vacinal”. Eu acho que esse projeto do Ver. Jonas Reis — nem falei com o ilustre amigo sobre isso, companheiro de oposição — é

um grande projeto. Hoje o mundo, o planeta adere ao passaporte vacinal como medida civilizatória de respeito ao conjunto das pessoas.

Imaginem, V. Exas., se nós não tivéssemos, por exemplo – eu sei que esse exemplo, perdão pela repetição, é mencionado mais de uma vez –, a lei que proíbe de fumar em locais públicos. Eu lamentavelmente sou fumante, antigamente o Ver. Pujol também era. Imagina se nós, Ver. Gilson Padeiro, num restaurante, pudéssemos acender o cigarro, e os não fumantes como ficariam? Eu sou fumante, V. Exa. nunca me viu fumar no plenário, quando quero fumar eu vou lá para a rua, o Ver. Alex Fraga também, mas isso é civilização. O direito do conjunto, da maioria prevalece, tem que ser respeitado. Em tudo foi assim, e sempre é assim.

Então, o projeto que estabelece a obrigatoriedade do passaporte vacinal, Ver. Roberto Robaina, do Ver. Jonas Reis, é de extrema relevância, e nós precisamos prestigiá-lo. Ele corre hoje, meu amigo Felipe, do Jornal JÁ, em 1ª Pauta. É um projeto que, com certeza, terá alguma emenda, eu mesmo pretendo fazer alguma emenda, quero colocar um pouco mais de estabelecimentos ali do que atualmente constam, mas ele nos dá a oportunidade de estarmos em consonância com o planeta. Há vários países hoje, na verdade, a maioria, em que não se entra sem o comprovante de vacina, o que aliás não é nada novo. Há 20, 30 anos, quando se saía do Brasil, para qualquer país da América Latina, ou fora do continente, como eu sai, tinha que ter o comprovante de vacinação contra a febre amarela. Eu fiz duas vezes a vacina, e ela durava 10 anos, tinha 10 anos de validade, fiz duas vezes, era obrigatório, e acho que ainda é, não sei, não tenho viajado. Então, não é nada novo isso, nas endemias ou pandemias, particularmente em pandemias, é muito comum, porque é a proteção do todo. É uma coisa que é inconcebível que seja diferente.

Por isso, faço aqui – já concluo, Presidente, agradecendo a oportunidade de falar em Pauta, não é Liderança ainda – o elogio ao projeto do Ver. Jonas Reis e o anúncio de que a intenção do nosso mandato é emendá-lo, ampliando ainda mais os ambientes, os recintos onde se torne necessária a apresentação do comprovante vacinal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando usei a palavra por ter sido empossado pela Mesa Diretora da Casa, salientei que existia, entre mim e o vereador que me antecedeu na tribuna, o Ver. Ruas, uma tradição antiga de discordância de opiniões a respeito de coisas, fatos, situações que envolviam o cotidiano de Porto Alegre. Parece que nós combinamos nesse fato, até porque o vereador veio há pouco à tribuna com... (Problemas na conexão.) ...que é uma das suas tradições como bom orador que é, enfaticamente se posicionou a favor de uma proposta que eu, com toda a honestidade,

tenho restrições com relação a mesma. Certamente, essas minhas restrições são apenas uma manifestação de coerência com a minha posição, eis que, quando a matéria for votada aqui, na Casa, com certeza, eu não estarei aqui para decidir, mas se decidisse, se estivesse, apresentaria profundas restrições praticamente insuperáveis. Primeiro, porque a expressão "obriga" é algo que a gente teria que, fatalmente, buscar retirar da legislação porque isso restringe a capacidade individual de cada um e, mais do que isso, prejudica o relacionamento entre as pessoas. Agora, a proposta que obriga os bares, os restaurantes, as casas de *show*, as casas de espetáculo, enfim, onde as pessoas normalmente buscam o seu lazer, a exigir a presença da carteira de vacinação é discriminatória, sem dúvida nenhuma. Como liberal de raiz, eu, certamente, não posso dar a minha solidariedade ao ilustre colega que apresentou o presente projeto de lei, hoje discutido em discussão preliminar de Pauta. Certamente merecerá, no futuro, um aprofundamento na análise, especialmente por que, ao tramitar pelas comissões, ficará patente a existência ou não de legalidade, de ilegalidade e de mérito da proposta apresentada. Em princípio, na minha posição, que repito, de passageiro transitório desta Casa, na medida em que, até o final da semana, já estarei me despedindo com muito entusiasmo dos colegas, mas com a certeza de que o tempo foi curto e espero que produtivo. Nessa linha, numa demonstração de coerência absoluta, acho que a exigência estabelecida aqui da carteira de vacinação para o ingresso nas casas de espetáculo, nos restaurantes, nos bares, é um exagero que não se deve admitir, até porque se sabe que, dentro dos restaurantes, obrigatoriamente, a pessoa, na hora de consumir, vai ser obrigada a retirar a máscara porque senão não há como consumir. Nunca vi dizer que alguém ingerisse algum alimento mascarado, nem tampouco que bebesse água com a máscara. Acho que, com alegria minha, a pandemia está muito enfraquecida e é de se esperar que breve, muito breve, quem sabe antes de o verão se instalar, a gente já vai ter zerado esse processo, deixando de lado essa necessidade de obrigar e de proibir, de criar restrições nas pessoas decidirem por si mesmas o que é bom, o que não é bom para si próprio e para a comunidade. Essa é a minha posição - honesta, tranquila, sincera - que serve muito bem para demarcar território com o Ver. Ruas, que, apesar da distância entre nós, a discrepância de posições a respeito de vários temas, continua sendo uma prática saudável, posto que democrática entre nós dois: ele com uma posição, eu com uma posição totalmente diferente. Era isso, Sr. Presidente, comentando esse dispositivo constante no projeto de lei hoje em análise preliminar e que certamente haverá de merecer a atenção de vários dos integrantes da Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos prestigia e acompanha os debates nesta sessão. Nós temos um projeto de lei em tramitação, que trata do passaporte vacinal. O que é isso? Muitos dizem: cadê a minha liberdade?

Querem me obrigar a fazer isso, me obrigar a fazer aquilo. Meu Deus! É a ditadura que chegou. Na verdade, a ditadura que a gente vive é a ditadura do coronavírus. Nós ainda estamos mergulhados no coronavírus porque os negacionistas, os “anticiência”, aqueles que odeiam o SUS deixaram o sistema de saúde em frangalhos. Nós poderíamos ter combatido muito melhor, se não tivesse a PEC 95 congelado recursos e investimentos em saúde, teria tido muito mais leito, não precisaria ter fechado a economia em muitos casos, bastasse ter mais médicos, ter mais leitos, mais hospitais, mas os ladrões da Pátria resolveram roubar o dinheiro público. Por isso na hora em que a gente mais precisou, os ladrões estavam mergulhados no dinheiro, e o povo foi para a cova. Mais de 600 mil mortos. Por que a gente tem que ter passaporte vacinal agora? Tem que ter o passaporte vacinal, se você quer ir para dentro de um bar, de um restaurante, no cinema, no teatro. Agora, não se pode obrigar, as pessoas que estão ali, estarem em risco, então tens que mostrar que tomaste a vacina, até porque a vacina é de graça. Ninguém precisa tirar um pila do bolso para pagar a vacina, quem paga é o povo. Aí, tem gente que decidiu não se vacinar, “não, não me vacino”, que vão de ondão, essa onda bolsonarista de ódio, de mentira, de *fake news*. Deveriam ser presos os que espalham que a vacina faz mal, deveriam ir para a cadeia porque atacam a ciência, atacam a humanidade. Vocês não têm consciência de quantas pessoas morreram, quantas famílias perderam seus entes queridos, estão perdendo agora? Sabe o que está acontecendo no Rio Grande do Sul? O governador mandou voltar a aula presencial totalmente, obrigatória; mais do que duplicou, no último período, o número de crianças e jovens hospitalizados. Mas pode, não é? Filho de trabalhador, filho de pobre da escola pública, não tem problema, Ver.^a Laura, que o filho de pobre seja hospitalizado, por isso que não tem problema que não tenha passaporte vacinal. Afinal de contas, eu não vou lá, não vou me aglomerar, eu tenho o meu iate particular, meu clube particular, meu grande sítio não sei onde, eu fico isolado no bem-bom, tomando champanhe, e o povão pode se aglomerar, mesmo sem vacina. Então, tem que ter passaporte vacinal porque quero que as pessoas tenham acesso a lazer, quero que a economia funcione, quero, sim, os bares e restaurantes abertos, o setor cultural, mas quem quiser entrar mostre a carteirinha, “olha, está aqui, tomei a vacina”. Bem, entra, está imunizado com menos chances de espalhar vírus. Agora fazer isso que o prefeito está propondo, botou lá no Twitter dele “eu sou a favor a tirar as máscaras, está todo mundo bem, tudo muito maravilhoso”. Como maravilhoso? Setenta por cento de lotação das UTIs está maravilhoso? Superamos a covid? O prefeito está mal-assessorado nessa área, as pessoas que estão assessorando o prefeito nessa área são negacionistas, e quanto negacionismo. Nós estamos propondo no projeto de lei passaporte vacinal, espero que a gente consiga aprovar aqui nesta Casa, que tenhamos sensibilidade. A vida em primeiro lugar, salvar pessoas! Eu não posso considerar que tenha alguma vida em Porto Alegre que seja descartável, que possa ser colocada em risco, possa ser colocada em perigo, já chega os ladrões da Pátria terem roubado dinheiro do SUS, assaltado a Nação com a PEC 95, agora que a gente tem poucos recursos não implementar o passaporte vacinal? Tem que, sim, isso não vai ter custo nenhum, o custo é irrisório. E mais do que isso, o prefeito sucateou a Procempa e agora ele quer dez contratos temporários de analista de tecnologia de informação e

comunicação. Se ele pegasse isso, fosse feito pela Procempa, o lucro ficaria numa empresa pública, na própria Prefeitura. Não, ele não quer potencializar uma empresa pública, o prefeito gosta da precarização, é o prefeito da cidade precarizada. Falta tudo, e mais um pouco, mas falta principalmente o prefeito assumir o cargo de prefeito e olhar para a frente, esquecer o passado e começar a trabalhar, não adianta o prefeito só falar e tirar fotos como hoje. Mandou parabéns para os guardas municipais. Parabéns, guardas, 129 anos da Guarda Municipal! Deve 28% de reajuste aos guardas, no salário dos servidores, e mais do que isso, eles estão trabalhando na fiscalização que corresponde ao Padrão 7, mas recebem pelo Padrão 6; periculosidade, nem falo nisso, recebem 30%, enquanto a EPTC recebe 40% e mais. Não há isonomia. Para parabenizar os guardas, prefeito, comece a trabalhar pela Guarda e pelo funcionalismo, só de garganta e palavras não vive Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Sr. Presidente; colegas vereadores; senhoras e senhores; telespectadores da TVCâmara. Com imensa satisfação, informo a vocês que 98% da população já tomaram a primeira dose da vacina em Porto Alegre - é muita coisa - e 81% já estão com a imunização completa. Tenho orgulho da nossa capital, é a capital que mais vacinou no País, e nós já estamos prontos para abolirmos o uso da máscara. Por que isso? A nossa economia tem que girar, estamos no final do ano, Natal, Ano-Novo, carnaval, o nosso comércio tem que vender agora no final do ano, as pessoas têm que consumir. Nós tivemos aí, o Índice Geral de Preços aumentou mais de 30% em virtude da pandemia, as empresas quebraram, empregos foram perdidos, e temos que retomar a nossa economia. A cidade tem que arrecadar, com esses tributos, vamos investir em saúde, educação, segurança e programas de desenvolvimento. Sou contra o projeto do colega vereador, o da esquerda ultraradical, acho que não é bacana, acho que vai de encontro ao pensamento nosso, progressista, um olhar liberal, de olhar para a frente, de trabalhar, de evoluir. Sou totalmente contra este projeto, acho o contrário, temos que abolir o uso de máscara e retomar a nossa economia porque muitas vidas foram ceifadas em virtude da degradação econômica da nossa cidade. Colegas vereadores, um assunto muito importante. Hoje a nossa Guarda Municipal está de aniversário, foi criada em 1892, e a nossa Guarda Municipal é o patrimônio da cidade de Porto Alegre, é a Guarda Municipal mais antiga do Brasil. A nossa Guarda Municipal, futura polícia municipal, faz um trabalho brilhante na nossa cidade. Em breve, nós vamos aprovar um projeto aqui para limitar a idade de ingresso na Guarda Municipal para 25 anos, para que nós possamos ter uma Guarda Municipal que realmente faça a função de polícia municipal, lavrando o Termo Circunstanciado de Ocorrência para combater os crimes de menor potencial ofensivo, registrando boletim de ocorrência. Vejam bem, se nós combatermos

os pequenos delitos, com certeza nós vamos estar atingindo os crimes de maior potencial ofensivo. Isso vai se dar através do brilhante trabalho feito pela nossa Guarda Municipal. A Guarda Municipal presta serviço móvel de vigilância e patrulha 24 horas por dia, tem grupamento especial motorizado, grupamento de apoio operacional, centro de operações especiais, tem o setor de planejamento. A Guarda Municipal faz um trabalho brilhante. Então, em nome dos 36 vereadores da Câmara Municipal, nós queremos reforçar aqui os parabéns à nossa Guarda Municipal pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo em prol da segurança de mais de um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre. Vida longa à nossa Guarda Municipal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alex Buyu está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALEX BUYU (SD): Boa tarde, passadas as emoções da apresentação, vamos agora ao que interessa. Só vou estar aqui na Casa por dois dias e meio; três dias para mim, dois dias para alguns, e estava aqui falando com colegas da direita e da esquerda, com todos aqueles que se unem para simplesmente debater o futuro desta cidade e a melhora para o nosso povo. Vendo aqui os números da LOA, eu não vou entrar em detalhes com números, mas uma cidade que tem uma prévia, dos próximos quatro anos, de R\$ 9 bilhões e 686 milhões, muitos números não batem. Muitos números não batem porque a última vez que eu falei desses números era de R\$ 7,5 bilhões a previsão. E eu falei muitas coisas, na época, eu era conselheiro do OP, para aqueles que não me conhecem, antes de chegar aqui eu tive dois anos de movimento estudantil, como presidente de grêmio, depois 15 anos como líder comunitário que sou até hoje, três anos de conselheiro do Orçamento Participativo, no qual ativamente ainda estamos construindo. Só no Plano Diretor discutimos muita coisa, muitas coisas foram discutidas nos bairros antes de virem para esta Casa. Muitas pautas nós passamos à noite lá debatendo, com ganho zero, apenas para vermos as coisas acontecerem. Discutimos Plano Diretor, discutimos planos de investimentos, antes de chegar - não digo mastigado, porque respeito o trabalho de vocês aqui -, mas muitas coisas já tínhamos resolvido. Presidente, por exemplo, muitos debateram aqui sobre a fronteira de bairros, porque o Passo das Pedras veio da Av. Manoel Elias até a Rua Tenente Ary Tarragô, da Av. Baltazar de Oliveira Garcia até a linha imaginária, porque isso foi discutido por quatro lideranças do Passo das Pedras antes de vir para esta Casa. Depois alguns vereadores, na época, se apropriaram da ideia, mas sobre isso a gente tem que dar graças a Deus pela liderança que está lá trabalhando pelo bem do seu bairro. E sobre essas lideranças, e eu sou uma delas, dentro do Passo das Pedras, é inaceitável para nós sabermos que caem quase R\$ 2 bilhões, a previsão é de quase R\$ 2 bilhões para a educação, nos próximos quatro anos, e nós continuamos debatendo numa cidade que é a 25ª das 27 capitais na educação. Aí falam para mim: "Ah, mas isso é número magro, Alex, tu estás há dois dias só como vereador." Então eu peço para aqueles que

permanecem na Casa que vejam que estão botando investimento num balde furado. É como se botasse água em cima de um balde furado. Como é que nós vamos aplicar, nos próximos quatro anos, e vocês estão aprovando isso daqui a alguns dias, semanas ou meses, que o recurso era de R\$ 1,3 bilhão e o recurso vai para quase R\$ 2 bilhões, na cidade de Porto Alegre, de uma receita que vou repetir para vocês: vai ser de mais de R\$ 9 bilhões nos próximos quatro anos, numa educação, para ela não permanecer nas últimas colocadas nas capitais brasileiras. Lembram o que a gente aprendia nos anos 1990? Meus filhos têm o mesmo professor. Tenho quatro filhos e três deles estão na escola, estão simplesmente aprendendo com os mesmos professores na oitava série o que eu aprendia na quarta série. Temos aqui o Prof. Alex, temos outros professores na Casa que sabem que a qualidade da educação caiu muito no nosso Município. E aqui o Município coloca a culpa no Estado, o Estado coloca a culpa na Federação, a gente toca a culpa no círculo. E como é que nós temos cidades que estão à nossa frente? Como temos cidades que têm menos investimentos do que Porto Alegre, em educação, e conseguem dar um rendimento muito maior para os seus alunos, construindo reais cidadãos?

Venho aqui também para discutir sobre transporte público porque eu pego ônibus. Hoje eu tenho orgulho de dizer que eu vim de ônibus público para ocupar este lugar na Casa, porque, durante três dias, serei o representante direto, então eu tenho que sentir aquilo que meus representados sentem. Eu tenho que usar o transporte que é discutido nesta Casa e pagar os R\$ 4,80, pois muitos não sabem a passagem aqui, mas discutem o preço dela, discutem como vão subir a passagem, beneficiando um sistema falido de transporte em Porto Alegre. É falido o sistema de transporte de Porto Alegre. Eu não estou aqui para dizer esquerda, direita ou situação e oposição, eu estou aqui abrindo uma discussão para a gente melhorar para quem está na base, porque eu não estou representando direita, esquerda, situação ou oposição; eu estou aqui representando, durante esses dois dias, os 751 votos que eu fiz apenas com R\$ 500,00 na minha eleição. Setecentos e cinquenta e um votos me deram três dias para representar, são essas pessoas que eu estou representando e também aqueles que não acreditam na nova política.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queria aproveitar este período, pelo PT, partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, para lembrar a população quando a gasolina não era R\$ 7,19 o litro. Estão vendendo, no Rio Grande do Sul, gasolina a R\$ 7,19, lá em Bagé, e aqui em Porto Alegre tem por R\$ 7,09. O que vocês acham disso? A população muitas vezes não sabe que é penalizada pelo preço do combustível. O cidadão pode não ter carro, não ter caminhão, mas ele vai comer, ele precisa comer um prato de arroz com feijão, e esse feijão vem de longe. O Rio Grande do Sul não produz

feijão suficiente. Assim é o Brasil, precisa do transporte rodoviário, mas o governo federal não se preocupa com isso. O custo da comida, da alimentação, afinal de contas o Seu Bolsonaro tem o chamado cartão corporativo, não é? É ilimitado. Sim, cidadã, cidadão, você que está em casa, ele tem um cartão pago pelo povo. Ele não precisa se preocupar com o custo de vida, ele ganha mais de R\$ 40 mil, nem gasta o salário porque tem o cartão corporativo. Imaginem vocês terem um salário e um cartão corporativo, aí não precisa se preocupar com o valor do *diesel*, claro, pode continuar o *diesel* indexado no dólar. Se o dólar sobe ou desce não importa, porque quem tem as *offshores*? O neoliberal, o neoliberal Guedes. Ele tem o dinheiro resguardado no exterior que ganha e perde, por dia, nas oscilações da Bolsa, o Seu Guedes ganha, pelo menos, R\$ 600 mil ou R\$ 700 mil, é o juro que ele ganha do valor aplicado no exterior. Então, essa canção terrível para ele serve muito, porque eles estão lucrando com isso, e o povo sofrendo, é reajuste em cima de reajuste. Por que o botijão de gás é tão caro? Aí tem uns que gostam de fazer o discurso da enrolação: “Ah, é por causa do ICMS. O ICMS que aumenta a gasolina, o ICMS que aumenta o diesel.” Mas faz tanto tempo que não se mexe no ICMS, mas eles criam os factoides, eles criam a farsa, a mentira, a ilusão e vão enganando o povo. Inclusive, nas intenções de voto, continua o Seu Bolsonaro lá como segundo colocado, isso é incrível, mas é mentira em cima de mentira. Ontem mesmo estava lendo, no Twitter, o Seu Carlos Bolsonaro, que é vereador no Rio de Janeiro, ele dizia: “Viu o problema do abre-e-fecha? Do “fecha tudo” da economia? Estamos em crise!” Não tem como tu não estares em crise quando tu não controlas o combustível, quando tu produzes petróleo no País e teu combustível é indexado pelo exterior, a oscilação do barril do petróleo. É como se, você aí, na sua casa, você mesmo planta seu arroz e seu feijão, mas aí a quantidade que você vai comer ou não é indexada pelo banco, é indexada pelo Estado. O Estado que diz o que vai fazer ou o que não vai fazer, mesmo que você tenha comida na despensa, alguém vai dizer para você que você não pode comer toda aquela comida. É isso o que está acontecendo hoje. A gente produz petróleo no País, Ver. Oliboni, e a gente não pode ter gasolina e *diesel* baratos porque o Seu Guedes, o Seu Bolsonaro e essa turminha do oba-oba não querem. E nós estamos pagando preço caro em tudo. Tudo aumenta, remédio, tudo. As pessoas estão desesperadas, tem gente deixando para trás os seus tratamentos, porque o SUS já não entrega o que entregava antes de remédios. As pessoas estão ficando mais doentes pela desnutrição, porque ninguém consegue mais comer todos os alimentos da cesta básica, a pessoa escolhe, tem gente que come num dia arroz, no outro dia come feijão, no outro dia come um pirão de farinha, outro dia tem pão, outro dia não tem. Proteína é uma raridade para a população, é lá de vez em quando. Então, este País precisa de mudanças. Não tem mais como nós aguentarmos o peso do governo Bolsonaro, não falo nem da corrupção, gente, nem da corrupção, porque daí CPIs vão mostrar e já mostram tudo o que aconteceu, estou falando só do desastre da política econômica. Como é que pode um brasileiro morar num País que tem a Petrobras, que produz petróleo, pagar R\$ 7,00 o litro da gasolina. Tu vais ali ao lado, na Venezuela: R\$ 0,20 o litro. As pessoas estão indo à Argentina, que falam assim: “Vai para Cuba, vai para Venezuela, não sei o quê.” Vai para a Argentina colocar gasolina porque está 3 pilas. As pessoas estão

atravessando a fronteira; R\$ 3,00, a metade do valor! A Argentina, que não é autossuficiente em petróleo. Sabe por quê? O governo da Argentina está inclusive subsidiando combustível. Aqui no Brasil não pode subsidiar, aqui é só auxiliar os grandes banqueiros. Os grandes empresários, esses, sim, têm salvo-conduto com o bolsonarismo, o resto que se dane e passe fome.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passemos à verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h41min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego requerimento, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 03, ao PLL nº 078/17.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Cassiá Carpes, ao PLL nº 078/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 078/17 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego os Ofícios nºs 2776/GP e 2792/GP, firmados pelo Sr. Prefeito Sebastião Melo, encaminhando o PLCE nº 029/21 e PLE nº 045/21.

Aprego o Ofício nº 2709/GP, firmado pelo Sr. Prefeito Sebastião Melo Sebastião Melo, solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 015/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do prefeito municipal de Porto Alegre (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 02 a 08 de novembro de 2021. Em razão da impossibilidade de os suplentes Conselheiro Marcelo, Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz

Fabiano de Souza e Professor Franzen assumirem a vereança, o suplente Henry Ventura assumirá a vereança no mesmo período. Informo que o suplente Henry Ventura já entregou seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Henry Ventura prestará a seguir.

SUPLENTE HENRY VENTURA (PSDB): Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Henry Ventura. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ver. Henry Ventura. V. Exa. integrará a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento – CEFOR.

O Ver. Henry Ventura está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR HENRY VENTURA (PSDB): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, obrigado aos vereadores aqui presentes na sessão. Quero cumprimentar os meus colegas da bancada do partido PSDB; o nosso líder Ver. Gilson Padeiro, o Ver. Ramiro Rosário, o Ver. Kaká D'Ávila; em especial, meu muito obrigado ao Ver. Moisés Barboza, muito me honra substituí-lo neste Parlamento.

Estar aqui compondo uma cadeira no Legislativo, em favor da minha cidade, é uma missão grandiosa, que há muito tempo desejava cumprir. Venho moldando esse sonho trabalhando com políticas públicas para a educação e a cultura, pois minha trajetória fala por si, como professor, na rede municipal de educação; no Colégio Monteiro Lobato; como conselheiro tutelar; coordenador de música na Secretaria de Cultura e, ao lado do secretário Luciano Alabarse, na gestão do prefeito Nelson Marchezan, secretário adjunto. Isso me deu força e vontade para lutar naquilo em que eu acredito.

Enfrentamos, na cultura e na educação um momento de um desafio gigantesco de nos reinventarmos na crise econômica em que o País vive, e pandêmica. Sinto que a cultura e a educação, pedras angulares do desenvolvimento do nosso País, ainda precisam ser fortalecidas nos âmbitos das políticas públicas cidadinas. Assim, nesta tribuna, reverbero a voz, a força, o suor do trabalhador diário, de cada cidadão porto-alegrense, em especial, daqueles que depositaram em mim o seu voto de confiança e esperança. E, para esses, digo que, quando estiverem lutando e, por algum momento, pensarem em desistir, seja no seu trabalho ou desistir mesmo da esperança na política e nos nossos representantes, quero dizer que se lembrem do poder da esperança, da crença de que algo melhor sempre é possível de se fazer quando nos propomos a trabalhar e lutar para concretizarmos ações efetivas que façam a diferença no dia a dia. Então, a partir daí, podemos lutar com força por tudo aquilo que nós sonhamos, independentemente das limitações que a vida ofereça. E, por isso, tenho fé, esperança e trabalho já concretizando, a partir da minha carreira, do meu trabalho, da minha luta,

construir e levar um futuro melhor para a nossa cidade. Nós podemos e aqui estou por vocês, aqueles que depositaram o voto na última eleição e que acreditaram nesse ideal, contem com a minha força. Eu conto com vocês, confiem nesse trabalho. Nesse momento oportuno que é ofertado, não poderia deixar de agradecer a oportunidade, novamente, de desenvolver os trabalhos técnicos na Secretária de Cultura, na atual gestão do Exmo. Prefeito Sebastião Melo, ao lado do nosso secretário de cultura Gunter Axt. O meu muito obrigado aos meus familiares, amigos, colegas e apoiadores. Serei incansável nessa jornada, estamos juntos nesta missão de mudança para Porto Alegre. Muito obrigado Presidente, obrigado vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0184/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 012/16, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui programa de incentivo e viabilização da realização de atividades de lazer, de cultura e esportivas no leito de vias públicas urbanas locais, por meio do estabelecimento de seus trechos como Ruas de Lazer, e revoga a Lei nº 5.463, de 9 de novembro de 1984. **(SEI 118.00032/2021-11)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Waldir Canal: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Delegado Cleiton: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nºs 02 e 03, do Ver. Claudio Janta (líder da Bancada do SD);
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, da Ver^a Comandante Nádia (líder da Bancada do DEM);
- retirada a Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 22-02-21.

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 012/16. Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 012/16.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente Márcio Bins Ely, que preside a Casa e esta sessão, vereadoras, vereadores e público da nossa TVCâmara; este projeto do Ver. Claudio Janta me remete - meu caro Alex, que representa hoje o Partido Solidariedade; meu amigo Alexandre, que me deu alguns detalhes do projeto - a muitos anos passados, num período da minha juventude, quando criava, como crianças, meus filhos: a Juliana, que hoje tem 39 anos, o Diego, que tem 33, e o PP com 23. A Juliana e o Diego pegaram esse tempo. Há uns trinta anos, era fechada a Av. Cristóvão Colombo para um período de brincadeira das crianças; isso ocorria quatro vezes ao ano. Aquilo fazia uma enorme diferença para todos nós. Para mim, que tinha meus filhos pequenos, naquele tempo, e que hoje já são pai e mãe, e eu já sou avó. Valorizei sempre a possibilidade de, Ver. Cassiá, eventualmente - claro que eventualmente, isso é importante -, um determinado espaço ser destinado à cultura, ao lazer, ao conhecimento, ao ensino. Esse espaço, via de regra, não é fechado, ele é uma via pública, mas, em alguns períodos, em algumas datas comunicadas com antecedência, pode ser fechado. Esse projeto que o Ver. Claudio Janta, do Solidariedade, nos traz é, exatamente, a regulamentação disso, para que não fique, como dizia o Alexandre, uma vereadora ou um vereador sujeitos a uma ação judicial por fazer um requerimento dessa natureza, seja o próprio secretário ou até o prefeito. Eu acho importante e aqui encaminho, em nome da oposição, favoravelmente à votação e à aprovação do projeto do Ver. Claudia Janta, porque, com certeza, ele melhora as nossas condições de convivência em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alex Buyu está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 012/16.

VEREADOR ALEX BUYU (SD): Venho aqui reiterar a importância deste projeto, pois, como já falei para vocês, como líder comunitário, muitas vezes, nós batemos de frente com os interesses dos empresários que proíbem fechar a rua, Pedro, para não ter prejuízo naquele dia. Muitos mercados, muito comércios abrem aos domingos. Este projeto vai salvar muitos dias - da Crianças, Natal, Páscoa -, porque, na comunidade, muitas vezes, a gente tem dificuldade do acordão. O acordão é assim: se tem um comércio naquela rua, a gente tem de puxar, e, muitas vezes, o evento tem de acontecer em 50 metros quadrados, enquanto nós poderíamos tomar um espaço maior da rua naquele dia, como deixou bem destacado o nosso Ver. Pedro Ruas, em eventuais casos, avisados antecipadamente e com apoio da EPTC e das secretarias correspondentes, como a Cultura, SMAM, as que estão envolvidas naquele momento. Então, vem de bom grado, vereador, Presidente, e obrigado a todos aqueles que apoiam esse projeto do Janta que beneficia Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 012/16.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente. É bom a gente dialogar aqui entre os vereadores, porque este projeto é muito meritório. Inclusive, no passado, tivemos problemas com algumas questões; a Prefeitura libera umas, não libera outras e fica nesse jogo de empurra. Mas eu gostaria de citar, porque sou muito favorável ao projeto, salientar, para não passar batido, que a Procuradoria da Casa e a CCJ apontaram a existência de óbice jurídico por inconstitucionalidade, por interferir na gestão municipal de como gerir o trânsito e o tráfego de veículos. Essa é a grande questão. Eu estou adiantando isso, inclusive tem uma emenda muito boa do Ver. Camozzato que, através de um abaixo-assinado, legitima o coletivo, senão cada pessoa vai lá com uma ideia diferente... Essa é a grande questão deste projeto e de outros projetos. O meu receio é que, ao ir ao Prefeito, ele vete, e nós estaremos aqui, depois, discutindo o veto e mudando tudo o que se pensa hoje. Volto a frisar, eu não estou tirando o mérito, estou propício até a votar, porque é um assunto muito bom, e as comunidades participam. Hoje é injusto o que vemos, Ver. Buyu, na cidade: quando é para os mais ricos libera, os ônibus não passam nos corredores; quando vai indo para as comunidades mais pobres, aí não pode, porque tem de passar o ônibus, aí não pode porque tem o corredor. Então, são coisas diferentes, análises diferentes da Prefeitura ou da EPTC, como queiram. Então, parece-me, traz um tema muito pertinente a ser discutido, para que haja equidade numa situação parecida, que dê oportunidade a toda a cidade, não para alguns locais da cidade, pois uns abrem e outros não abrem. Então, só quero lembrar isso, porque pode acontecer de o prefeito vetar e vir para a Casa para nós termos de derrubar ou aceitar o veto. Aí se perde a oportunidade de um projeto bom, de uma ideia boa que poderia ser, volto a frisar, com a experiência que nós temos, provocado pela Prefeitura. A Prefeitura acolheria o parecer e a ideia do Ver. Janta, que é muito boa, e a Prefeitura colocaria, em vez de nós correremos o risco de aprovar e o prefeito vetar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alex Buyu gostaria de uma questão de ordem?

Vereador Alex Buyu (SD): Só para informar os colegas vereadores que isso vem sendo construído com o próprio governo, já foi debatido com a EPTC, e o governo está a par e está de acordo.

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 012/16.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras. Queria, em nome da nossa bancada - Ver. Leonel, Ver.^a Laura, Ver. Jonas - dizer que este projeto do colega Ver. Janta tem mérito, sim, pelo seguinte. Quando o governo não tem iniciativa de avaliar do ponto de vista de determinada comunidade não ter área de recreação, áreas verdes, campos de futebol, praças, a única alternativa é buscar um espaço público. E o espaço público, Ver. Ruas, uma rua, uma vez fechada, com acordo da comunidade - geralmente acontece com a própria comunidade fazendo um abaixo-assinado, dizendo que se responsabiliza, para que aquela rua seja trancada todos os domingos para a recreação das famílias -, acontece. Falo a partir de experiências deste vereador. Eu fiz, tomei a iniciativa de duas ruas na cidade, apenas, por demanda da comunidade; uma lá na Bom Jesus e outra no Morro da Cruz, porque, naquela rua, em determinada rua, acontecia, nos finais de semana, algo que a comunidade não concordava, mas que preferia ter trancada a rua para ser de domínio da comunidade, de recreação. O que o poder público fez, em reuniões com a EPTC? Melhorou a estrutura da rua, colocou iluminação na rua, e hoje a comunidade está satisfeita. Talvez não tivesse necessidade de um projeto dessa natureza, mas o Ver. Janta tem razão, porque, em algumas ruas, como na 3^a Perimetral, nobre Alexandre, já acontece por iniciativa de lei, Ver. Cecchim. Lá na frente do Jardim Botânico, próximo a minha residência, a 3^a perimetral, no corredor de ônibus, todos os domingos, é fechada. As pessoas do entorno, moradores tomaram conta da rua, é a coisa mais linda. Por quê? Por que a própria Esec, que é um espaço público do governo federal, não abre no sábado e no domingo. Ali tem o Jardim Botânico, que é para passeio, que todo mundo vai - ótimo que não conseguiram privatizar - que é público, e tem a rua para quem quiser andar de patinete, quem quer andar de bicicleta e assim por diante. Eu creio que é uma iniciativa louvável, por isso temos que trabalhar com essas outras alternativas, que a sociedade não tem quando faltam espaços de área de lazer, com as crianças, com a família. Portanto, a nossa bancada vai votar favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Presidente, eu vejo que a maioria das bancadas se pronunciou a favor, e gostaria que o processo fosse colocado em votação simbólica. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): Vamos apregoar algumas emendas; Diretor, por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Coletivo Cuca Gongo, subscrita pela Ver.^a Bruna Rodrigues, ao PLCL nº 025/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 025/17 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria da Ver.^a Coletivo Cuca Congo, subscrita pela Ver.^a Bruna Rodrigues, ao PLL nº 012/16.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 012/16 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Não havendo mais inscritos para encaminhar o PLL nº 012/16, passaremos a votação das emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeitamente. Na verdade, não temos emendas destacadas, caberia encaminhamento global. Informamos que a Emenda nº 01 foi retirada. Sobraram as Emendas nº 02, de autoria do Ver. Claudio Janta; Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia; a Emenda nº 03, do Ver. Claudio Janta; e a Emenda nº 04, da Ver.^a Coletivo Cuca Congo e da Ver.^a Bruna Rodrigues.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Srs. Líderes, podemos fazer um bloco das emendas para votar? Há alguma discordância? Vamos uma por uma, então.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 02 ao PLL nº 012/16.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 012/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 012/16.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 012/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 03 PLL nº 012/16.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 012/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 04 ao PLL nº 012/16.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 04 ao PLL nº 012/16. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 04 ao PLL nº 012/16.

Em votação o PLL nº 012/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Alex Buyu (SD) (Declaração de voto): Gostaria de justificar porque votei “não”, até para não ficar aquele debate de abrir hoje para feira, amanhã para grafitação do chão, depois abrir para diversas coisas. Na verdade, nós queremos aqui é abrir um projeto, sim, futuramente, próprio para a cultura, Presidente. Aí sim, fechamos ruas para a cultura, mas que tenha um projeto próprio, não apenas ser um adendo do projeto de abrir a rua para eventos, mas, sim, com um projeto próprio. Bruna, que mencionou a emenda, podes contar conosco, do Solidariedade, para fazer um projeto próprio para fechamento de ruas para feiras, para a Feira Modelo, para tudo que é tipo de evento. Queremos agradecer, sim, mas não dentro de um projeto, o qual está especificando apenas eventos comunitários ou de lazer. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Comunico ao plenário que hoje, pela manhã, na reunião de líderes, nossa ideia era de amanhã fazer uma sessão extraordinária para corrermos a pauta dos projetos que estão na Ordem do Dia. Tendo em vista que teremos a audiência pública sobre orçamento na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, às 16h, excepcionalmente, amanhã não faremos a sessão extraordinária, mas a faremos na semana que vem, dia 11 de novembro de 2021.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 265/21 – (Proc. nº 1067/21 – Ver.^a Daiana Santos) – requer seja o período de Comunicações do dia 08 de novembro destinado a assinalar o transcurso dos 30 anos do Conselho Municipal de Educação (CME). **(SEI 209.00168/2021-11)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento n.º 265/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.** Parabéns, Vereadora.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0177/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 005/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que revoga os arts. 45 e 46, o *caput* do art. 47 e seus §§ 1º, 3º, 5º e 7º, e os arts. 48-A e 48-B da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, extinguindo a Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento (TFLF). **(SEI 220.00023/2021-07)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB.** Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas nºs 01 e 02 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Emendas nºs 01 e 02, do Ver. Jessé Sangalli;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 30-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL n.º 005/21. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, para não precisar encaminhar e para valorizar o vereador que apresentou o projeto, nós sabemos que a oposição votará contrária, mas não haverá encaminhamentos e nós queremos aprovar o projeto do Ver. Sangalli.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só quero fazer um registro. Eu não vou encaminhar e nem discutir, voto contra a esse projeto, o autor sabe, respeitosamente, como disse o líder Idenir Cecchim, mas há vereadores, como disse há pouco o Ver. Jonas Reis, que gostariam de fazer a discussão ou encaminhamento. Então, na verdade, essa possibilidade continua de pé, o que acontece é que eu não vou fazê-lo, porque o meu voto contra já está aberto neste momento. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCL n.º 005/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Está em discussão aqui a extinção de uma taxa, não está em discussão como nós vamos garantir o combate à fome na cidade, não, isso tem gente que não se importa. Não está em discussão aqui ampliar o número de leitos no SUS, não, para a autoria do projeto, isso não precisa. Não está em discussão aqui mais saneamento, até porque isso precisa de impostos, dinheiro de impostos, está em discussão aqui extinguir taxa. Não está em discussão aqui abrir novas vagas para a educação infantil, faltam 5 mil, só para 4 e 5 anos de idade, está em discussão aqui deixar de recolher impostos. Não está em discussão aqui duplicar as avenidas que precisam ser duplicadas na capital, até porque, para isso, precisa de dinheiro, mas está em discussão aqui abrir mão de dinheiro, depois, as pessoas vão com chapéu na Prefeitura pedir recursos, propor emendas. Está sendo discutido aqui abrir mão de receita. A quem interessa abrir mão de receita? É, está em discussão abrir mão de receita! Tem gente que acha que a Prefeitura vive de vento e não precisa de impostos, podendo abrir mão, como abriu mão o governo Melo de R\$ 3 bilhões, abonou os grandes sonegadores, 20 anos de sonegação, salvo-conduto para eles. Quem tem dinheiro, tem tudo; quem tem dinheiro, eles abraçam, eles pegam no colo, cantam canções de ninar, eles bajulam, pegam pela mão e conduzem. E eles produzem seus projetos de lei: isenção de impostos. É incrível que não esteja em discussão aqui reduzir o preço da passagem, até porque para fazer isso vai ter que ter dinheiro, que vai sair de algum lugar, mas está em discussão aqui abrir mão de uma taxa. Porto Alegre pode abrir mão de uma taxa? Em Porto Alegre está sobrando dinheiro? Então, prefeito Melo, se está sobrando dinheiro, não deixe o povo passar fome! Cadê as 40 mil cestas básicas que faltam na assistência social? Déficit habitacional de 150 mil residências para as pessoas morar, de onde virá esse dinheiro? Certamente, vai ter menos dinheiro do que antes, porque para uns abrir mão de receita... Palmas para vocês que querem abrir mão de receita, enquanto os mais sofridos não têm direito à escola, não tem direito à saúde, não têm direito à dentista. Há postos de saúde terceirizados que venderam uma fantasia, um mundo maravilhoso e não tem dentista, saúde bucal, o básico, não tem. E esses mesmos que propõem abrir mão de impostos, vão lá e dizem: “Eu defendo o SUS, eu fiscalizo, eu faço isso, eu aquilo, faço aquele outro” – faz e acontece! Quando as pessoas pegam, literalmente, o Viamão andando e querem a janela, elas querem abrir mão de impostos para que o povo tenha menos direitos, porque, depois, não tem dinheiro para todo mundo – essa é a realidade! Não há dinheiro para tudo, mas há aqueles que adoram uma isenção para os empresários, sempre haverá esses na política. E nós haveremos de sempre combater esses que acham que o dinheiro do povo pode ser jogado para o ar, pode ser liberado e abrir mão de tudo! Eu acho que quem pode pagar, deve pagar. Agora, não posso penalizar a dona Maria, da Restinga, que está com um transporte precário, que não tem acesso aos mínimos serviços, a continuar não tendo, porque o prefeito vai dizer que o cobertor é curto. Como a base do governo orienta isso? Ela orienta a abrir mão de receita? Essa é uma pergunta que eu deixo no ar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda n.º 01 ao PLCL n.º 005/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADA.**

Em votação a Emenda n.º 02 ao PLCL n.º 005/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA,** com abstenção do Ver. Jonas Reis.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o PLCL n.º 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCL n.º 005/21.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Queria agradecer aos vereadores que votaram favoravelmente, agradecer ao governo também pelo entendimento, pelo apoio. Obrigado, Cassio; obrigado, Idenir, eu me sinto muito contemplado pelo apoio de vocês nesse projeto, que foi uma das minhas proposições de campanha. Eu entendo a oposição, que votou contrariamente, e até, na verdade, só uma observação, eu estou começando a entender, inclusive, que finalmente a oposição começou a compreender também que a coerência ideológica tem que se manter mesmo nas pautas que são difíceis de ser defendidas. A gente viu aqui a oposição defender contrariamente à extinção de uma taxa, mas a gente percebe que é por uma questão de visão de mundo, porque eles entendem que o estado tem que ser grande, para ser grande tem que ter dinheiro e, para ter dinheiro, não pode extinguir taxas. Embora seja impopular, eles estão sendo coerentes, então parabênizo pela sua coerência ideológica ao votar contra, por convicção pessoal e não por birra política.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. Solicito que os vereadores que quiserem fazer a declaração de voto, para que conste nos anais, devem fazê-la por escrito.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0251/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 085/21, de autoria dos Vers. Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário e Alexandre Bobadra e das Ver^{as} Comandante Nádia e Fernanda Barth, que inclui inc. V no *caput* e § 6º no art. 6º da Lei nº 12.583, de 9 de agosto de 2019, estabelecendo a exploração comercial do local com

ponto fixo como contrapartida no caso de adoção de viadutos do Município de Porto Alegre. (SEI 039.00015/2021-82)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Moisés Barboza: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Pinheiro (líder da Bancada do PL);
- incluído na Ordem do Dia em 30-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 085/21. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, este projeto de lei tem assinatura, junto conosco, do Ver. Alexandre Bobadra, da Ver.^a Fernanda Barth, do Ver. Ramiro Rosário e da Ver.^a Comandante Nádia. Nosso projeto de lei faz uma alteração numa lei já aprovada nesta Casa, a Lei nº 12.583 de 2019, que é a adoção dos viadutos de Porto Alegre. Nós resolvemos fazer essa alteração no projeto de lei, porque muitas vezes a gente conversa com alguns empreendedores, alguns empresários que têm a vontade de adotar, mas, quando adotam, eles têm um custo de manutenção, que para o Município é importante, porque o Município deixa de gastar, aquela empresa adota, faz a manutenção, dá os cuidados, mas essa empresa não consegue explorar comercialmente, e aí existe uma dificuldade de se conseguir empresas para adotar essas diversas áreas do Município de Porto Alegre. A nossa ideia é de que, quando essas empresas adotem essas áreas públicas, elas possam utilizá-las – claro, com aprovação do Município –, possam explorar alguma atividade econômica nessas áreas. Com a exploração da atividade econômica, a empresa vai poder pagar o custo da manutenção, vai preservar essa área e, certamente, quando se tem uma exploração comercial da área, se traz vida para aquele ambiente, se gera emprego, renda, traz vida para aquela área, então a cidade inteira ganha com uma atividade econômica. Por exemplo, num viaduto onde há espaço – há muitos viadutos na cidade de Porto Alegre onde há grande espaço embaixo –, muitas vezes Município não tem condições de fazer a limpeza como deveria, a pintura, a manutenção, a instalação de câmeras de segurança, de iluminação, e fica caro para uma empresa adotar. Às vezes, grandes empresas têm algum recurso sobrando, colocam alguma propaganda e pagam, mas a grande maioria dos empreendedores não têm esse recurso sobrando.

Com a adoção dessa área e a exploração de alguma atividade econômica, além de gerar emprego, renda para a cidade, vai haver a manutenção da área, o Município vai gastar menos e, além disso, nós teremos, com certeza, uma melhor utilização desses espaços. Às vezes a gente vê empresas, como um cachorro-quente, um

trailer de cheeseburger, já têm algumas licenças da Prefeitura em algumas áreas, na Av. Assis Brasil, pelo menos, existe uma fruteira embaixo de um viaduto. Seria uma forma de legalizarmos essas atividades econômicas embaixo dessas áreas públicas pela adoção, e teriam a responsabilidade de manter o local limpo, organizado, iluminado, trazer vida e segurança. É uma forma de a gente poder utilizar o melhor os espaços públicos da cidade. Portanto, é um projeto simples, na verdade, nós estamos utilizando a Lei nº 12.583, de 9 de agosto 2019, acrescentando essa possibilidade de, além da adoção, a utilização para atividade econômica, claro, com o licenciamento da nossa Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da área da Prefeitura. Hoje há impossibilidade de adotar e ter atividade econômica. É um projeto bastante simples que eu tenho certeza que vai ser bastante útil à cidade de Porto Alegre. Quero contar com apoio dos nossos colegas vereadores para que a gente possa aprovar nosso projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Temos exemplo em Buenos Aires: todos os viadutos foram transformados nas chamadas *recovas*, e tem atividades econômicas em todos eles lá, ficou muito bonito.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 085/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso colega, Ver. Idenir Cecchim, no exercício da presidência; colegas vereadoras e vereadores, público que acompanha a nossa sessão, nesta tarde. Colegas vereadores e vereadoras, este projeto tem endereço – este projeto, Ver. Gilson Padeiro, tem endereço! Ali, no viaduto Obirici, Ver. Mauro, acontece um evento cultural, aí o seu projeto e dos colegas vereadores aqui citados, se aprovado, vai ser privatizado, porque a empresa que, por sua vez, fizer alguma reforma naquele viaduto, ou sei lá o quê, poderá explorar comercialmente, e aquela atividade da comunidade feita há anos, o que vai acontecer? Os senhores vão brigar com a comunidade; os senhores estão tirando uma atividade cultural da cidade, e eu estou dizendo isso para o Ramiro, porque o Ramiro já tentou tirar esses cidadãos e essa atividade cultural, Ver. Pujol, lá do Obirici, e nós temos um projeto tramitando, aqui, porque eu conheço esse grupo há muitos anos. Inclusive, a sugestão veio de um candidato a vereador do Cidadania, que foi candidato, não se elegeu e que, infelizmente, perdeu a vida há pouco tempo, mas existe ali uma atividade cultural e que o próprio governo, Ver. Mauro, já se pronunciou, via secretaria, Ver. Cecchim, líder do governo... Eu quero falar com o líder do governo e também com o nobre secretário de articulação política do governo. Ver. Cecchim, eu quero chamar a sua atenção porque o senhor é o líder do governo, o senhor tem que ligar para o secretário da Cultura, porque o secretário da Cultura, através do diretor de artes cênicas, Camilo de Lélis, me passou a informação que jamais aconteceria isto no atual governo:

tirar uma atividade cultural lá do viaduto Obirici, para poder agora liberar uma atividade comercial. Nós temos que preservar as atividades culturais, nós acabamos de votar um projeto aqui que foi aprovado em áreas públicas para que a comunidade se aproprie onde há necessidade, e onde as famílias precisam de uma área de lazer e cultura, e assim por diante. Agora vamos votar um projeto que é o contrário disso? Não é justo! Tem que consultar o secretário da Cultura, eu duvido que ele será a favor de onde tiver uma atividade cultural se viabilize, através de um projeto de lei, uma atividade comercial. É injusto com a comunidade, a qual desenvolve atividade cultural lá, como acontece em vários lugares da cidade, como, por exemplo, no viaduto da Igreja São Jorge, recentemente construído, ali tem feira de artesanato, tem áreas de culturais. Agora, o projeto vai comprar uma briga com as comunidades. É lamentável esse tipo de iniciativa, o senhor me desculpa; mas é óbvio que a nossa bancada vai votar contrariamente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLL nº 085/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Cada projeto que chega a esta Casa, eu vejo como as nossas sessões tornam esta Casa um sonho para todos os liberais. Eu fico pensando que, a cada debate que nós temos aqui, é benefício atrás de benefício, é um trezinho da alegria aqui, outro acolá, abrindo mão de arrecadação, abrindo mão, na verdade, daquilo que deveria ser de responsabilidade do poder público, assim foi no RecuperaPOA, no tema do IPTU, como eu já citei anteriormente, entre tantos outros temas, que, na verdade, vão esfacelando o que é de responsabilidade do poder público municipal, e vão garantindo, para poucos do empresariado local, benefícios para otimização dos seus lucros e da sua capacidade de investimento na cidade. É exatamente disso que nós estamos falando, quando nós tocamos nesse assunto. Zelar pelo espaço público é um dever do poder público, é sobre isso que nós falamos quando apontamos a nossa contrariedade a esse projeto. A Prefeitura, obviamente, pode ter parceiros para a manutenção de espaços, vemos isso em algumas praças, e etc., passível de debate, mas compreensível. Mas, infelizmente, o projeto que está aqui em debate, avança de maneira absurda sobre essas condições. Por quê? Porque ele permite que a adoção desses espaços passe a ser também, em contrapartida, um espaço de exploração comercial, algo que é completamente injusto, primeiramente, injusto com os cidadãos, aqueles que contribuem financeiramente, pagando seus tributos e esperam do poder público a responsabilização sobre o cuidado do espaço público. Segundo, injusto com os demais comerciantes da cidade, que pagam seus tributos, que contribuem com as suas responsabilidades e que terão apenas para poucos a utilização daquele espaço, gozando os melhores espaços de circulação na cidade. Portanto, aumentando ainda um espaço de desnivelamento sobre a condição de livre concorrência na cidade e de condições desiguais, inclusive, de fomento a alguns que são minoria. Portanto,

compreendo que este projeto é desrespeitoso com essas duas pontas, tanto com os comerciantes, quanto com os cidadãos e cidadãs, que esperam do poder público uma responsabilização sobre seus serviços.

Digo mais ainda, eu fico pensando, ao longo desse período, que nós debatemos tantos benefícios para uma minoria de empresários na cidade, eu fico pensando no cidadão que nos acompanha pela TV Câmara, que fica atento sobre a nossa agenda de debate público, quantos projetos nós aprovamos neste ano de 2021 que, de fato, melhoraram o teu bolso, que, de fato, trouxeram algum benefício direto. Infelizmente, a agenda da Casa, na verdade, é recheada de temas que beneficiam apenas um grupo muito pequeno, muito seleto de empresários da nossa cidade. Aqui nós estamos debatendo mais um tema. E o projeto, inclusive, que acabamos de aprovar, obviamente com o nosso voto contrário, da abertura da mão de uma taxa, como é taxa de fiscalização, mais uma vez, é mais uma prova também dessa concepção do poder público de benefício, prioritariamente, de investimentos privados, enfim.

O Ver. Idenir Cecchim, que preside a sessão, fez uma provocação aqui, dizendo: “Vamos utilizar os espaços públicos como eles são utilizados em Buenos Aires”. Lá, nós temos espaços, na verdade, que são de fomento cultural, é disso que nós estamos falando, e aí eu olho esse projeto que está aqui colocado, e eu penso: quem vai se valer disso? Quem é que vai ter prioridade no gozo desses espaços, e quem vai lucrar com isso? Não é o cidadão que já paga o seu imposto, pois o poder público vai abdicar de fazer o seu serviço, que é a manutenção dos espaços. E ainda debatíamos, anteriormente, qual é a garantia de segurança desses espaços? O Ver. Jonas apontou corretamente, o viaduto, por exemplo, aqui da Borges de Medeiros, que passou agora há pouco por uma reforma, porque estava sob risco. Enfim, nós temos aí vários debates. Nós não somos contrários que os viadutos possam ser melhor utilizados. Mas, de fato, eles serem utilizados, mais uma vez, por um pequeno grupo para otimização de seus lucros, e o poder público abrindo mão de poder fazer a manutenção e seu dever, para nós, é um equívoco.

E mais uma vez, para concluir, a gente tem nesta Casa uma contradição absurda, ao mesmo tempo que a gente abre mão de receita, que é o que a gente acabou de aprovar aqui, ao mesmo tempo que a gente faz isso, a gente diz que não tem recurso para manter aquilo que é básico e é do dever diário da Prefeitura, que é dar conta do patrimônio público, de fazer a manutenção do espaço público, e vai transferir para o setor privado. É uma contradição absurda o nosso debate aqui, nesta Casa, a nossa agenda. Eu venho aqui, mais uma vez, não só registrar o meu voto obviamente contrário ao projeto, mas especialmente apontar para o cidadão e cidadã a contradição do debate que está posto aqui nesta tarde.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 085/21.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): ...(Problemas na conexão.)

...tem alguns valores que devem ser preservados, a preservação traz custo, custo enseja, impõe e determina ativação econômica em torno do equipamento. Vossa Excelência, Presidente, com muita propriedade, lembrou o exemplo de Buenos Aires. Eu quero lembrar a todos que o momento presente é o mais inadequado para uma discussão consequente, na medida em que qualquer coisa que produz reunião de pessoas é tida como anormal, e a pandemia determina que ela não se realize. Mas, Ver. Oliboni, eu lembro muito bem, que não faz muito tempo, ali na Av. Borges de Medeiros, esquina com a Av. José de Alencar – eu não sei o nome oficial, parece que é Thompson Flores, alguma coisa assim, o nome do viaduto –, há muito pouco tempo existia ali um *trailer* de cachorro-quente que produzia, inclusive, uma atividade cultural, pois colocou um piano e era um exímio executor, fazia música para a alegria dos frequentadores daquele *trailer*. Então, a compatibilização entre a cultura e a sobrevivência financeira de uma atividade, repito, qualquer atividade tem custos de manutenção, e quando se faz uma adoção, se faz com o pressuposto de que o adotante vá assumir o encargo de fazer essa manutenção. Hoje lembraram aqui o exemplo do viaduto Obirici, que teria uma atividade cultural que ali se desenvolve, mas quem sabe se esse seja um caminho, se a atividade cultural for autossustentável é muito bom que ocorra. No resto, o que nós vemos embaixo dos viadutos, não é atividade cultural, não, nem atividade econômica, nós vemos servindo de abrigo ou desabrigo de inúmeras pessoas que se recolhem e dormem naqueles lugares, diferentemente do que seria o desejável. Os abrigos, e mais do que isso, os viadutos, no começo se cogitou, inclusive, da colocação de praças de esportes junto aos viadutos especialmente aquele chamado viaduto Tiradentes na proximidade da Av. Goethe e da Rua Mariante. Fez-se uma pracinha e não prosperou, porque era inviável; com a movimentação de veículos que ocorria, havia um barulho infernal que dificultava isso.

Então, acho que o projeto dos colegas que está em discussão não obsta que ações culturais possam ser realizadas e até estimuladas. Então, acasalar essas duas situações é o ideal que buscaria. O fato dessa emenda possibilitar que exista uma forma específica de se resgatar os compromissos com a adoção não quer dizer que ela seja impositiva. Qualquer situação, qualquer projeto que terá que ser desenvolvido, o Ver. Mauro Pinheiro sabe muito bem disso, vai precisar ser examinado pelos órgãos municipais até dar a autorização para fazer a realização. E, se em algum lugar estiver ocorrendo uma atividade que por si só justifique a sua manutenção, não será alterada aquela situação. Se no Obirici existe lá essa manifestação a que os colegas se referem, eu quero dizer, com toda a sinceridade, que não consigo ver isso, porque a gente passa com o veículo ali, não para, não tem condição de apreciar, mas os moradores terão oportunidade de mostrar. Agora, se é uma opção no sentido de manter a atividade, tem que ter necessariamente, junto com isso, vereador, o compromisso de manter aquela atividade. Então, parece-me, olhando assim em cima da hora da votação, que este projeto, por si só, não representa a redução da capacidade de incrementos culturais nas áreas de referência, muito antes pelo contrário, pode ser o veículo, o caminho pelo qual essas atividades culturais serão acasaladas com o processo comercial que se desenvolve,

porque as melhores atividades culturais ensejam processos comerciais. Hoje, quando se vai numa exposição, o artista é mais ou menos valorizado com o reflexo comercial que a sua obra pode propiciar. Por isso, Sr. Presidente, com muita alegria, neste dia e nesta hora, quero ter oportunidade de votar favoravelmente ao projeto que está em discussão.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em homenagem a sua lembrança do viaduto, o cidadão que lá está, na Rua José de Alencar, chama-se Osório e o estabelecimento dele é o D’Gato Churrasquinho. Está lá até hoje e proporcionava um piano. Foi na minha época de secretário da Indústria e Comércio que ele começou e está lá até hoje, graças a Deus.

Ver. Oliboni, daqui mesmo eu vou fazer uma pergunta e, ao mesmo tempo, uma afirmação. No viaduto Obirici, eu não conheço atividade cultural de lá, eu passo todos dias lá, existe, sim, um conjunto de pequenos comércios - a fruteira, o chaveiro -, eles conseguiram manter aquele viaduto bem, a exemplo desse na José de Alencar. Eu acho que não é lá essa atividade cultural, não é no viaduto Obirici.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 085/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Idenir Cecchim, antes de mais nada, aqui, vou repassar ao Ver. Reginaldo Pujol o seu escudo facial. Estava bem cuidado aqui, bem cuidado, aliás, como queremos os nossos viadutos na cidade. Este projeto aqui, Ver. Idenir Cecchim, do qual eu tenho a oportunidade de ser coautor, ele traz uma expressão que talvez a esquerda aqui fique um pouco de cabelo em pé, porque se fala de exploração comercial. Mas, então, vamos mudar aqui, Ver. Oliboni, não é exploração comercial, é uma contrapartida comercial, a possibilidade para a pessoa ou empresa que está adotando o viaduto, que está responsável pela sua manutenção. E eu tenho certeza de que o Ver. Oliboni, assim como eu, ama a cidade, gosta de Porto Alegre, circula pelas nossas avenidas e, quando passa por um viaduto que está lá com a sua manutenção não em dia, está num estado deteriorado, com lajotas soltando, com lixo, com a lixeira transbordando, certamente, deve causar no Ver. Oliboni, assim como causa em mim, uma sensação de descontentamento. Agora, vereador, nós não podemos simplesmente ter uma varinha de condão e dizer: "O viaduto está renovado". Não. É preciso nós encontrarmos alternativas viáveis, objetivas para que a gente possa ter esse resultado. E por que não fazer isso através de uma contrapartida comercial? Dar a possibilidade de um empreendedor da nossa cidade – pode ser um pequeno, um médio, um grande empreendedor da nossa cidade – ali se estabelecer, ter a sua atividade comercial, pode ser como bem disse aqui o Ver. Idenir Cecchim, que, quando foi secretário da SMIC, fez parcerias para estabelecimentos, *containers*, *trailers* poderem se instalar nesses espaços. Nós fizemos, inclusive, também na gestão passada, e segue sendo feito pela atual gestão, uma série de permissões de uso de território, de espaços embaixo de viaduto para que se tenha essa atividade, mas não há, contudo, a segurança jurídica, Ver. Cecchim, para que se exija uma contrapartida

real. Muitas vezes, possibilita-se que um *trailer*, Ver. Pujol, se instale num viaduto com o objetivo, foco de que a sua simples presença ali garanta maior circulação de pessoas, garanta, portanto, a segurança do espaço, mas não há, muitas vezes, uma ligação direta entre adoção do espaço, daquele equipamento público e a exploração ou contrapartida comercial, como eu prefiro dizer aqui para não assustar os colegas de esquerda, daquele espaço.

Portanto, o projeto de lei aqui traz segurança jurídica, potencializa o bom uso dos espaços públicos na nossa cidade e não apenas pela zeladoria e manutenção deles, mas também para que nós tenhamos a maior circulação de pessoas, para que a gente tenha um bom uso daquele espaço pelos frequentadores, pelos consumidores daqueles estabelecimentos que ali porventura se instalarem. Então, eu vejo este projeto aqui, e peço que assim os colegas encarem, como um avanço no processo de adoção. Aliás, Porto Alegre é pioneira, e façamos jus aqui ao PT - Oliboni, Jonas -, façamos jus ao PT, Porto Alegre foi pioneira ainda na década de 1980, início de 1990, nas adoções de praças no Brasil. Esse processo foi evoluindo à medida inclusive que a necessidade também foi se mudando ao longo desse período. Fizemos a modernização já do processo de adoção para que não fiquem apenas plaquinhas, que possam se colocar elementos identificadores e outros itens de mobiliário urbano nesses espaços. Tivemos recentemente a concessão, que é um outro modelo de parceria, um outro modelo de desestatização, que é o caso do Parque Harmonia e do trecho 1 da orla, que terão agora um investimento milionário em uma série de equipamentos que as pessoas ali poderão utilizar. O parque segue sendo público, mas não mais privatizado ao abandono, não mais privatizado ali ao matagal, ao lixo e, sim, de fato sendo público, que as pessoas possam utilizar. Quem quiser ir ao parque e não consumir absolutamente nada vai lá e pode tomar o seu chimarrão com a família. Quem quiser ir ao parque e ir num restaurante, pagar por um bom vinho, Ver. Cecchim, vai pagar o vinho. Então, o parque receberá investimento, receberá ali uma série de benefícios para a população como um todo. No processo de adoção de viadutos, a linha é a mesma. Quem quiser ir lá no viaduto ou frequentar aquele espaço não gastando nada, não consumindo, *o.k.*, bom para ele que terá um espaço revitalizado, bom para ele que ali vai estar esperando ônibus, quem sabe, numa parada de ônibus modernizada, numa parada de ônibus limpa, com a lixeira com o seu lixo sendo recolhido diariamente. E quem quiser obviamente ir ali consumir, tiver condições de comprar um cachorro-quente, um hambúrguer, tomar uma cerveja artesanal de Porto Alegre, quem sabe, poderá assim fazê-lo também. Então, pedimos a compreensão aqui dos vereadores para que a gente possa evoluir e modernizar o processo de adoção de viadutos através de uma contrapartida comercial que é fundamental para a nossa cidade e também para o desenvolvimento econômico de Porto Alegre. Muito obrigado, vereador.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 085/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim. Bom, eu gostaria de debater alguns aspectos deste projeto. Primeiramente, preocupou-me muito o que consta no texto de maneira, ao meu ver, higienista sobre a população em situação de rua na cidade de Porto Alegre, esse é um aspecto sobre o qual a gente precisa refletir. Ali, no projeto, consta como moradores de rua; na verdade, é a população em situação de rua que é um problema social que é crescente na nossa cidade, em todo Brasil. Os dados da própria FASC apontam que aqui, na cidade de Porto Alegre, no último ano, em 2020, nós tivemos um crescimento de quase 40% da população em situação de rua, o que está diretamente relacionado com as dificuldades econômicas aprofundadas pela pandemia, pela diminuição do salário, pelo aumento da cesta básica, pelo aumento do preço dos aluguéis. Então, esta Câmara de Vereadores, quando vai abordar esse problema, tem que tratar de forma respeitosa a situação social, essa crise social que nós temos aqui com a população, cidadãos de Porto Alegre, que estão, neste momento, em situação de rua. Não se pode apresentar um projeto aqui que tenha como objetivo, utilizando adjetivos como "embelezar a cidade", excluir, fingir que esses cidadãos não existem. Não pode fazer isso. Isso se chama de higienismo social. Isso é uma política que não quer resolver o problema, quer apenas empurrar com a barriga para acontecer o que aconteceu na última sexta-feira, na Rótula do Papa, onde às 9h da manhã, um operativo de diferentes segmentos da Prefeitura Municipal foi lá e tirou os moradores em situação de rua da Rótula do Papa, e hoje quem passar por ali vai ver que tem mais moradores em situação de rua do que tinha na sexta-feira. É dessa forma que a Prefeitura vem lidando com o problema infelizmente. E agora aqui, nesta proposta, estão tentando fazer o mesmo só que trabalhando o problema dos viadutos da cidade de Porto Alegre. Então, esse é um primeiro elemento.

O segundo é que o agravante dessa proposta é que não adianta vir aqui e inventar termos para tentar dizer as coisas de maneira um pouquinho mais rebuscadas, quando, na verdade, a gente está falando de privatização do espaço de viadutos. Não é contrapartida comercial, não é disso que a gente está falando. Nós estamos falando da privatização dos espaços, porque hoje já existem atividades econômicas que acontecem em vários viadutos da cidade de Porto Alegre, são inúmeros exemplos aqui já citados. E a proposta que está em debate neste momento vai colocar, como sujeito privilegiado para fazer a gestão desse espaço, não mais o ente público e sim aquele que for o adotante do viaduto.

Então, por exemplo, o viaduto Obirici, que já foi discutido aqui pelo Ver. Aldacir Oliboni, vamos criar a hipótese de que um grande empreendimento comercial, localizado próximo àquele viaduto, como é o caso do hipermercado Carrefour, faça a adoção daquele espaço, a partir de agora ele é quem gere, ele é quem organiza e dita as regras sobre o que pode e o que não pode acontecer. Essa dinâmica vai se estender na cidade, privilegiando os grandes que têm condições de fazer isso neste momento, não as pequenas atividades comerciais que já existem. Podemos pegar outros exemplos como as atividades culturais e comerciais também, como é o caso do viaduto que nós conhecemos como o viaduto Brooklyn, ali em frente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Av. João Pessoa, que é um viaduto que hoje está com o holofote

voltado também para a questão do *skate*. A Federação Gaúcha de Skate, neste momento, colocou na pauta da Prefeitura de Porto Alegre que esse viaduto seja reconhecido como um espaço de uso público dos skatistas da nossa cidade. No passado recente, esse viaduto foi um ambiente de festas promovidas por diferentes segmentos da cidade de Porto Alegre, como roda de samba, cúmbia, movimento *hip-hop*, diferentes movimentos sociais fizeram uso compartilhado daquele espaço ali. Outro exemplo, na Marcha Independente Zumbi e Dandara, que se aproxima agora no 20 de novembro, diversos aspectos foram trabalhados ali no viaduto Brooklyn. Infelizmente não houve o apoio da Prefeitura para que essas atividades pudessem seguir funcionando ali naquele espaço. Bem pelo contrário, foram vários os casos de repressão a essas atividades que aconteciam ali, foram vários os casos de situações muito ruins que nós tivemos por parte da administração municipal à época, da última, especialmente do prefeito Marchezan.

Então, o que a gente está debatendo aqui, por um lado, é uma política de viés higienista e, por outro, uma política que, como disse agora recentemente na revista IstoÉ Dinheiro, um empresário de São Paulo, querem privatizar até as sombras dos viadutos, não para uma atividade democrática, não para uma atividade que vai incentivar os pequenos empreendedores que, neste momento, precisam do nosso apoio, mas para concentrar ainda mais o controle das atividades comerciais da cidade de Porto Alegre. Por isso, nós somos contra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 085/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O povo de Porto Alegre que nos assiste e que acompanha os debates nesta Casa deve estar estarecido como eu. Tem uma turminha que é a turminha do “vamos vender”; “vamos entregar”; “vamos deixar para os outros”; “não faremos nada”; “não podemos”; “não queremos”; “temos preguiça”. Então entrega para que outro faça. E essa turma neoliberal é a turma que, se atirar uma carteira de trabalho para cima, eles fogem, saem na corrida – saem na corrida –; essa é a realidade. O lema deles é entregar para a iniciativa privada, que a iniciativa privada faz melhor.

Vocês imaginem, são vários comércios na volta de um viaduto, vem um veículo, em alta velocidade, e pode gerar consequências drásticas.

O viaduto foi feito para estabelecer comércio embaixo dele? Sabe por que as pessoas fazem comércio no viaduto? Porque não têm onde fazer. Porque a Prefeitura não incentiva. A Prefeitura joga contra a economia; ela joga contra os empreendedores. A Prefeitura não apoia. E aí vem o neoliberal de carteirinha dizer: “Vamos deixar que adotem os viadutos”. Ah, que bacana! Eu quero ver vocês adotarem escolas; eu quero ver vocês adotarem postos de saúde; quero ver adotar o HPS, que está chovendo dentro; faz um projeto para isto: adotem o HPS, botem dinheiro privado no HPS. Aí, claro, é

muito fácil, o viaduto está ali, parado, bota uma banquinha na sombra, não sei o que, não sei o que lá. Daqui a pouco, depois da adoção, transforma a adoção numa taxa; “Ah, você está aqui, está instalado, tem a sua clientela” – vem lá a mão pesada para extorquir. Não adianta! É sempre uma farsa. Vocês deram aqui R\$ 3 bilhões em impostos de isenção, de sonegadores, há pouco tempo, e agora vocês vêm com este projeto aqui pedindo: “Pelo amor de Deus, adotem os viadutos”. Ah, por favor! Olha a estrutura aqui do viaduto da Av. Borges de Medeiros, que estava caótica; imagina se as pessoas estão ali embaixo e se o pior acontece; tem pessoas ali.

Nós temos que criar espaços para comércio. Não é porque não chove embaixo do viaduto que eu vou botar os comerciantes ali, vou achar que é ali que eles têm que ficar. Vamos criar praças de alimentação nos locais onde as pessoas circulam. Vamos incentivar, de verdade, quem quer produzir. Agora é muito fácil colocar no papel: “Adota o viaduto, bota uma plantinha, bota uma banquinha”. As pessoas acham bonito. “Ah, olha só, carrocinha de cachorro-quente de um empreendedor”. Gente, muitas vezes é a única coisa que sobrou para aquele cidadão, porque vocês destruíram a carteira de trabalho, vocês destruíram os direitos trabalhistas, neste País, com a reforma trabalhista. Vocês destruíram, com a reforma previdenciária, os direitos à aposentadoria. Agora vocês querem que os empreendedores adotem, ainda, as estruturas públicas que vocês têm que cuidar. Imagina uma churrasqueira ambulante ali do lado de um pilar; fogo constante naquilo, fogo constante que vai mexer na estrutura. Não, gente, por favor.

Nós tivemos mais políticas públicas sérias. Nós tivemos mais projetos sérios. Agora, qualquer coisa vira um projeto de lei. E parece que é uma coisa bonita para cidadania, não é? “Ah, adote a praça.” A Prefeitura tem que cuidar das praças. Tem que parar com esse negócio de adotar e adotar. Claro, para quem quiser adotar, acho que tem que ter espaço sim. Quem quiser adotar a sua praça pode adotar, mas não pode o Estado se retirar, o estado mínimo. Eu até acho interessante, agora, isso não pode se transformar numa lei.

A cidade tem que, sim, recolher os seus impostos e manter as suas estruturas. Não pode ficar depositando na boa vontade do cidadão comum. O cidadão comum paga imposto para a gente fiscalizar a aplicação dele. Não para entregar tudo para a iniciativa privada.

Eu vou votar contrário, porque não é assim que se faz política. O Estado tem que assumir essa responsabilidade. Os vereadores têm que assumir também a responsabilidade de fiscalizar.

Eu já sei como é que vai terminar esse negócio de adotar viaduto. Vai terminar com viadutos precarizados, com ocupações irregulares de comércio, porque não vai ter fiscalização, porque esses mesmos que propõem não vão botar o pé na rua para ver se está tudo acontecendo como deveria. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECHIM (MDB): Está encerrada a discussão.
Em votação.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nós estamos fazendo um apelo aos autores do projeto de lei para adiar por uma sessão para podermos fazer uma emenda em que entre as áreas culturais e assim por diante. Tem um acordo aqui que, segundo eles, tem uma opinião, não interfere na questão das áreas que já tenham uma atividade cultural. Então, nesse sentido, acho que é melhor que tenha uma emenda que inclusive vai melhorar o projeto de lei, vai melhorar, e aí não é conflitante com a Secretaria da Cultura. É um pedido que estamos fazendo no intuito de poder... Vai ser votado na segunda, na primeira hora, está terminando a sessão, se os autores concordarem, é o pedido que fazemos.

PRESIDENTE IDENIR CECHIM (MDB): Vereador, nós já estamos em votação. Deveriam ter pedido a postergação um pouco antes. Infelizmente, nós temos de ir para a votação. Já terminou a discussão, vereador, por isso não pode mais adiar.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01 ao PLL nº 085/21. (Pausa.) Solicito que seja feita a leitura de emenda.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura da Emenda nº 01.)

PRESIDENTE IDENIR CECHIM (MDB): Solicito que a Diretoria Legislativa proceda à chamada nominal para colher os votos dos vereadores.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 18 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): **APROVADA** a Emenda nº 01 ao PLL nº 085/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLL nº 085/21. (Pausa.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 19 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): **APROVADO** o PLL nº 085/21. Parabéns, Ver. Mauro Pinheiro.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito à Diretoria Legislativa que proceda à verificação de quórum solicitada pelo Ver. Pedro Ruas.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Constatada a inexistência de quórum deliberativo, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h40min)

* * * * *